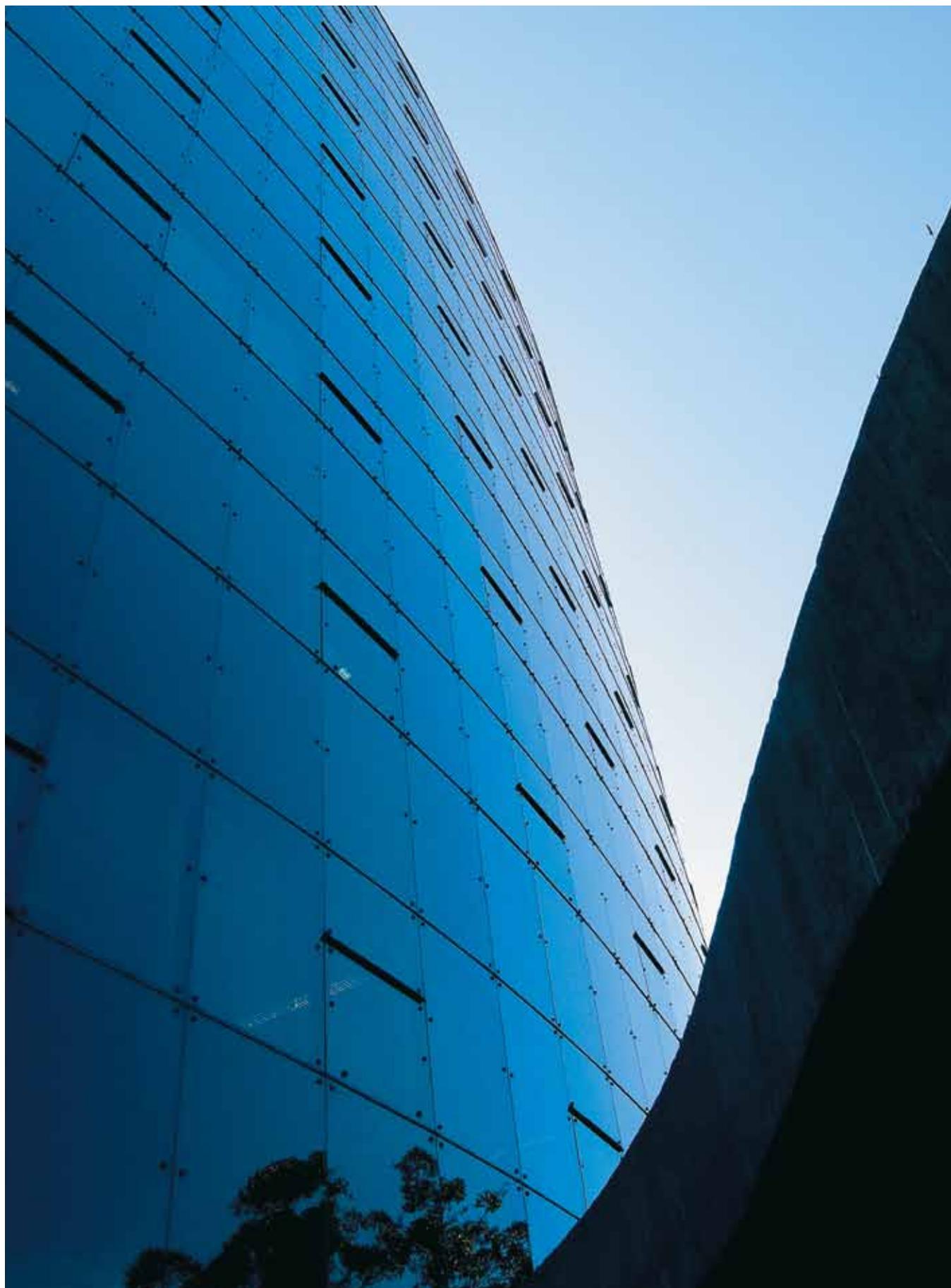


VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL



RELATÓRIO ANUAL 2010

ÍNDICE

04	PRINCIPAIS INDICADORES
06	DESTAQUES EM 2010
08	MENSAGEM DO PRESIDENTE
12	DESEMPENHO
16	PERFIL CORPORATIVO
24	GESTÃO ESTRATÉGICA E OBJETIVOS
34	MERCADO DE ATUAÇÃO
40	GOVERNANÇA CORPORATIVA
46	GESTÃO DE RISCO
50	GESTÃO DE PESSOAS
55	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
123	INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

PRINCIPAIS INDICADORES

RESULTADOS – R\$ MIL	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas de intermediação financeira	1.162.078	1.225.055	2.111.111	2.767.883	3.007.749
Resultado bruto da intermediação financeira	397.173	518.602	497.933	263.380	715.882
Resultado operacional	108.589	138.006	244.114	99.642	387.727
Lucro líquido	70.820	108.717	241.168	63.591	274.550
BALANÇO PATRIMONIAL – R\$ MILHÕES					
Ativos totais	5.902.488	7.070.262	12.491.808	16.648.164	20.705.056
Patrimônio líquido	663.866	746.009	1.161.305	1.583.096	1.857.676
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE					
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	10,70%	14,60%	20,80%	4,00%	14,80%
Rentabilidade sobre ativo total	1,20%	1,50%	1,90%	0,40%	1,30%
Margem financeira líquida ajustada (R\$ mil) (1)	544.760	635.730	683.406	724.992	980.795
Provisões de crédito (% sobre a Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil)	5,9%	4,4%	3,6%	4,7%	3,8%
Índice de qualidade da carteira de crédito (AA-C)	91%	93%	93%	94%	95%

1. Excluída provisão de crédito.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO ANO

- Aumento de 24,3% no **total de ativos**, encerrando 2010 a R\$ 20,7 bilhões ante R\$ 16,6 bilhões em 2009.
- **Diversificação de fontes de captação** (*funding*) por meio de empréstimos no exterior e CDB, fonte que gerou captação total de R\$ 964 milhões e R\$ 3,3 bilhões, respectivamente, em 2010.
- O Banco Volkswagen recebeu a **reafirmação do rating AAA (Triple A)** para as operações de crédito em escala nacional, segundo classificação da Standard & Poor's.
- **15º no ranking dos 50 maiores bancos do país**, 11º entre as instituições privadas e o maior entre as montadoras, conforme apuração do Banco Central do Brasil, com base no total de ativos.
- O Banco Volkswagen tornou-se **Associado Patrocinador do IBGC** (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), fato que reforça o compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa na organização.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem do Presidente

É com grande satisfação que publicamos o Relatório Anual do Banco Volkswagen. Vivemos um momento importante de nossa história, marcado pela consolidação do crescimento sustentável e pelos resultados expressivos, fruto de um trabalho focado em produtividade, profissionais altamente qualificados, inovação tecnológica e diversificação dos meios de captação.

O **macrocenário** de 2010 foi bastante **favorável** com melhorias em importantes indicadores econômicos: houve crescimento substancial do PIB, queda no índice de desemprego, aumento da renda do brasileiro, recorde de vendas na indústria, melhora nos indicadores de inadimplência e taxas de juros que se mantiveram estáveis durante a maior parte do ano. Como resultado, o desempenho do mercado automotivo foi extremamente positivo com incremento nas vendas de automóveis (11%) e ônibus e caminhões (43,1%).

Em meio a essa conjuntura, registramos recordes em 2010. Nossa **base de ativos** alcançou R\$ 20,7 bilhões, alta de 24,3% em relação ao ano anterior impulsionada pela nossa competitividade, serviços, presença nos principais mercados brasileiros por meio das Regionais e sólida parceria com as Concessionárias. Como resultado, o Banco Volkswagen fechou o exercício em **15º lugar no ranking dos 50 maiores bancos** do Brasil e 11º lugar entre as maiores instituições privadas.

Outro indicador expressivo foi o **volume de contratos**, que aumentou 9% em relação a 2009, totalizando 301.411 negócios. Com o incremento nas vendas, o portfólio de recebíveis de carros, caminhões e ônibus disparou 32%. As operações de crédito e arrendamento mercantil subiram de R\$ 14 bilhões em 2009 para R\$ 17,5 bilhões no exercício.

Em 2010, a Tesouraria continuou a exercer papel primordial ao garantir a **liquidez** para as operações de financiamento. A área esteve focada em administrar os recursos do Banco Volkswagen, buscando otimização da **diversificação de funding** e equilíbrio do fluxo de caixa. Isto resultou em menores custos de captação, permitindo assim o lançamento de produtos com taxas mais competitivas.

O Banco Volkswagen obteve importantes **linhas de empréstimos no exterior**, por meio das empresas do Grupo Volkswagen na Europa, que representaram nova fonte de captação. Este valor alcançou a soma de R\$ 970 milhões ao longo do ano, correspondendo a cerca de 16% das captações totais realizadas em 2010.

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco Volkswagen obteve **classificação AAA (Triple A)**, segundo a agência de *rating* Standard & Poor's. Foram considerados fatores como a qualidade dos ativos e a gestão de riscos do Banco Volkswagen, a expertise em operações de financiamento de veículos e o suporte financeiro da Matriz, fatores que agregam idoneidade, segurança e confiança. Esta conquista se refletiu não somente nos melhores custos de *funding*, como também na maior procura pelo CDB do Banco Volkswagen por parte dos investidores.

Comprometido com a excelência, o Banco Volkswagen também fez importantes avanços na área de **governança corporativa**, implementando as melhores práticas adotadas no Brasil e na Alemanha. Temos aprimorado a comunicação com nossos públicos, zelando pela qualidade das informações disseminadas, pela transparência no processo de tomada de decisão e pelo rigor nos controles internos. Além disso, ao longo do ano, participamos ativamente de eventos e comitês de importantes instituições do setor financeiro. Este engajamento tem sido essencial para ampliarmos nosso *networking* e acompanharmos as últimas tendências do mercado. Como resultado, fomos aceitos como Associado Patrocinador do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

Todas essas iniciativas fortalecem o relacionamento do Banco Volkswagen com a Matriz na Alemanha, que vê o **Brasil** como **mercado prioritário** e também como *benchmark* em várias frentes. O país é hoje a terceira maior operação do Grupo Volkswagen em automóveis e a terceira maior em Serviços Financeiros no mundo.

Para dar suporte à nossa evolução e obter ganhos em termos de agilidade e eficiência, em 2010, o Banco Volkswagen iniciou a **reestruturação da plataforma de TI**. No exercício, a empresa investiu R\$ 20 milhões em infraestrutura para sustentação à área de negócios com a aquisição de novos servidores e equipamentos de *storage*, bem como para a implementação de novos processos. Diante da perspectiva de crescimento dos negócios nos próximos anos e das crescentes exigências regulatórias, estão previstos investimentos adicionais de R\$ 60 milhões em sistemas de TI e processos do Banco Volkswagen de 2011 a 2015.

Os investimentos em tecnologia sustentam o crescimento ao permitirem: mais segurança, estabilidade e performance das operações; aprimoramento do controle financeiro e administrativo; otimização dos processos de aprovação de operações; melhor atendimento ao cliente e à área de vendas das Concessionárias, entre diversos outros benefícios.

As ações em torno do alinhamento da estratégia global também foram alvo de investimento em 2010, com ampla programação junto a todos os colaboradores. Nesse sentido, a **gestão do conhecimento** ganhou grande ênfase em treinamentos e eventos para promover a troca de experiência do que existe de melhores práticas em termos de Serviços Financeiros no mundo.

O alto potencial da economia brasileira sinaliza uma grande avenida para os negócios de financiamento. Por isso, vamos continuar crescendo de modo sustentável e perene, valorizando solidez, segurança, produtividade e competitividade para que possamos ser a primeira opção em Serviços Financeiros para as Concessionárias do Grupo Volkswagen, destacando-nos cada vez mais como **empresa de ponta**, superando as expectativas de todos os nossos *stakeholders*.

Concluo com meu sincero agradecimento ao Grupo Volkswagen por todo o suporte e parceria; às instituições públicas e privadas por promoverem as boas práticas no mercado; aos investidores pela confiança em nosso futuro; aos clientes por sua lealdade; e, finalmente, aos colaboradores do Banco Volkswagen por serem os principais protagonistas da nossa evolução.

Décio Carbonari de Almeida

Diretor Presidente do Banco Volkswagen



Diretoria do Banco Volkswagen

(da esquerda para direita): Thierry Roland Soret – Gerente Executivo de Crédito; Rafael Teixeira – Managing Director; Paulo Pinho – Gerente Executivo de Operações de Campo; Décio Carbonari de Almeida – Diretor Presidente; Renata Giannini – Gerente Executiva de Marketing e Desenvolvimento de Negócios; Eduardo Barros – Diretor; Rodrigo Otávio Rocha Capuruço – Gerente Executivo de Finanças e Administração

DESEMPENHO
ДЕЗЕМПЕННО

Desempenho

A performance mundial do Grupo Volkswagen em 2010 foi excelente. As vendas atingiram 7,2 milhões de veículos no varejo, garantindo faturamento de € 126,9 bilhões, alta de 20,6% em relação ao ano anterior. O resultado operacional subiu de € 5,3 bilhões no exercício anterior para € 7,1 bilhões. No Brasil, o Banco Volkswagen viveu um importante momento de sua história ao conquistar resultados expressivos, fruto de um trabalho focado em produtividade, inovação tecnológica e diversificação dos meios de captação de recursos. Os resultados também foram influenciados pelo fortalecimento das parcerias com os fabricantes do Grupo e suas respectivas concessionárias.

O aumento de 12% nas vendas de veículos novos em 2010 proporcionou um desempenho extremamente positivo ao Banco Volkswagen que, no exercício, registrou 198.768 novos financiamentos – entre automóveis Volkswagen/Audi e caminhões e ônibus Volkswagen. O **total de ativos** cresceu **24,3%**, alcançando **R\$ 20,7 bilhões**.

A **carteira de crédito** do Banco Volkswagen avançou 24,5% e atingiu a marca de R\$ 17,5 bilhões, valor recorde impulsionado pelo incremento das operações de CDC (Crédito Direto ao Consumidor), Finame e Floorplan. A carteira de CDC chegou a R\$ 7,2 bilhões, valor 29% superior a 2009, quando totalizou R\$ 5,6 bilhões. O Finame alcançou R\$ 6,7 bilhões, alta de 38,3% em comparação ao ano anterior, quando foram registrados R\$ 4,8 bilhões, impactando positivamente as vendas de caminhões que saltaram 33,9% em relação ao exercício anterior. O saldo de Floorplan apresentou elevação de 38,2%, passando de R\$ 1,5 bilhão em 2009 para R\$ 2,1 bilhões em 2010.

Outro destaque foi o **CDB do Banco Volkswagen** (lançado em 2010), disponível aos concessionários,

em uma primeira fase. Ao fazer esta opção de investimento, os *dealers* reinvestem no próprio negócio, o que é positivo para o Grupo Volkswagen como um todo. A segunda fase do CDB será apresentada no segundo semestre de 2011 e terá como público-alvo fornecedores do Grupo Volkswagen e frotistas.

Como parte da Volkswagen Serviços Financeiros, os negócios do **Consórcio Nacional Volkswagen** foram notáveis pelo aumento no volume mensal de cotas comercializadas. Esse indicador operacional subiu de 4.400 cotas/mês em 2009 para 5.500 cotas/mês em 2010. Vale destacar que o segmento faz parte da estratégia da Matriz para atrair novos clientes, novos negócios e diversificar o portfólio da Companhia.



Banco Volkswagen
Investimentos 

Logomarca que acompanhou o lançamento do CDB

O CENÁRIO DE CRÉDITO IMPULSIONOU OS NEGÓCIOS DO BANCO VOLKSWAGEN NO BRASIL, QUE FECHOU O PERÍODO COM 27,3% DE PENETRATION.

A Volkswagen Serviços Financeiros conseguiu oferecer **seguros a custos competitivos**, tornando os veículos da Montadora mais atraentes ao cliente final, por meio do Programa Seguros Volkswagen.

Merece destaque o resultado substancial da MAN (ex-Volkswagen Caminhões e Ônibus), líder do mercado de caminhões há 8 anos. Para o Banco Volkswagen, isso se reverteu na forma de **novos contratos**, já que a empresa é parceira do Grupo Volkswagen no segmento de Serviços Financeiros.

TOTAL DE ATIVOS

O Banco Volkswagen registrou crescimento de 24,3% no total de ativos em 2010, encerrando o exercício com R\$ 20,7 bilhões ante R\$ 16,6 bilhões em 2009. O resultado reafirma a tendência de forte crescimento na base de ativos nos últimos anos, refletindo o aumento da participação de mercado do Banco Volkswagen em meio ao aquecimento da indústria automotiva. No momento recente da crise financeira internacional, o Banco Volkswagen manteve inalteradas suas linhas de crédito, preservando a liquidez de recursos em toda a Rede Volkswagen.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido subiu 17,3% em 2010, alcançando R\$ 1,9 bilhão ante R\$ 1,6 bilhão em 2009. No exercício anterior, houve aporte de capital no total de R\$ 358 milhões realizado naquele ano. Esse suporte financeiro demonstra a credibilidade do acionista da Alemanha em relação ao futuro das operações do Banco Volkswagen no Brasil. A credibilidade é resultado do aumento consecutivo dos negócios e do retorno sobre o investimento que o Banco Volkswagen vem apresentando nos últimos anos.

RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Totalizaram R\$ 3 bilhões em 2010, crescimento de 8,7% em comparação aos R\$ 2,8 bilhões em 2009. Com a entrada de novos players no setor de financiamento de veículos, o mercado se torna cada vez mais competitivo, provocando a redução das taxas de juros aplicadas pelos bancos. A despeito desse cenário, o Banco Volkswagen vem registrando crescimento constante nas receitas de intermediação financeira.

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira do Banco Volkswagen registrou uma curva de crescimento no decorrer dos anos, comprovando a capacidade em manter a rentabilidade em um ambiente competitivo, com ações de ganho de produtividade e eficiência nos negócios. Em 2010, a margem evoluiu 35%, alcançando R\$ 980,8 milhões (excluído o efeito das provisões de crédito) ante R\$ 725,0 milhões em 2009.

ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Volkswagen registrou 0,001% de índice de immobilização em relação ao seu ativo total. Desde 2008, são publicados na rubrica “imobilizado de arrendamento” os bens referentes às operações de arrendamento mercantil (não considerado no índice de immobilização em relação ao total de ativos), que exercem um efeito temporal até a liquidação do contrato por parte do arrendatário.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Historicamente, o Banco Volkswagen preserva a qualidade da carteira de crédito, garantindo assim a sustentabilidade dos negócios. Em 2010, 95% dos clientes enquadraram-se nas melhores faixas de classificação (AA-C), sendo que, nos últimos dois anos, 67% estavam na faixa A de classificação de risco.

INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS

O Grupo Volkswagen anunciou investimentos de R\$ 6,2 bilhões no Brasil com foco na ampliação de fábricas e novos produtos no período de 2010 a 2014. Segundo projeções, em 2014, a Volkswagen deve registrar volume de vendas de um milhão de veículos no mercado nacional. O Banco Volkswagen tem como objetivo manter a mesma tendência de crescimento dos negócios, de acordo com as projeções indicadas pela Volkswagen do Brasil.



Perfil Corporativo

O Banco Volkswagen oferece produtos de financiamento para a comercialização dos veículos da Volkswagen do Brasil, MAN Latin America e Audi Brasil. O Consórcio Nacional Volkswagen e os Seguros Volkswagen também compõem a Volkswagen Serviços Financeiros Brasil.

Fundado em 1956, o Banco Volkswagen é uma das instituições financeiras com maior credibilidade no mercado nacional, reconhecida por sua tradição, excelência, confiabilidade e garantia.

O BANCO VOLKSWAGEN VALORIZA E MANTÉM UMA RELAÇÃO DE PARCERIA COM O CONSUMIDOR, ATENTA À REALIDADE DO MERCADO E ÀS NECESSIDADES DOS CLIENTES EM TODO O PAÍS.

MISSÃO

Oferecer ao mercado Serviços Financeiros competitivos e rentáveis, fortalecendo os negócios do Grupo Volkswagen e satisfazendo as expectativas dos clientes, concessionárias, colaboradores e acionistas.

VISÃO

Ser a primeira opção em Serviços Financeiros para as Concessionárias do Grupo Volkswagen.

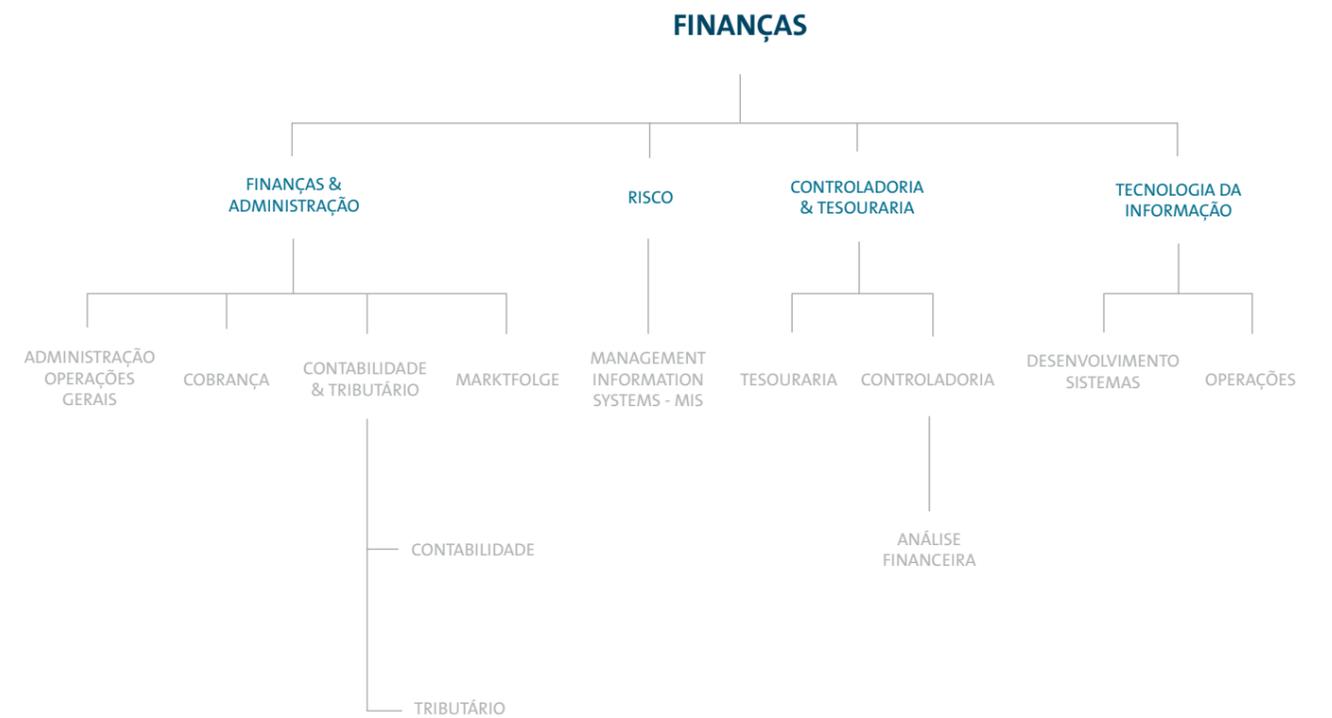
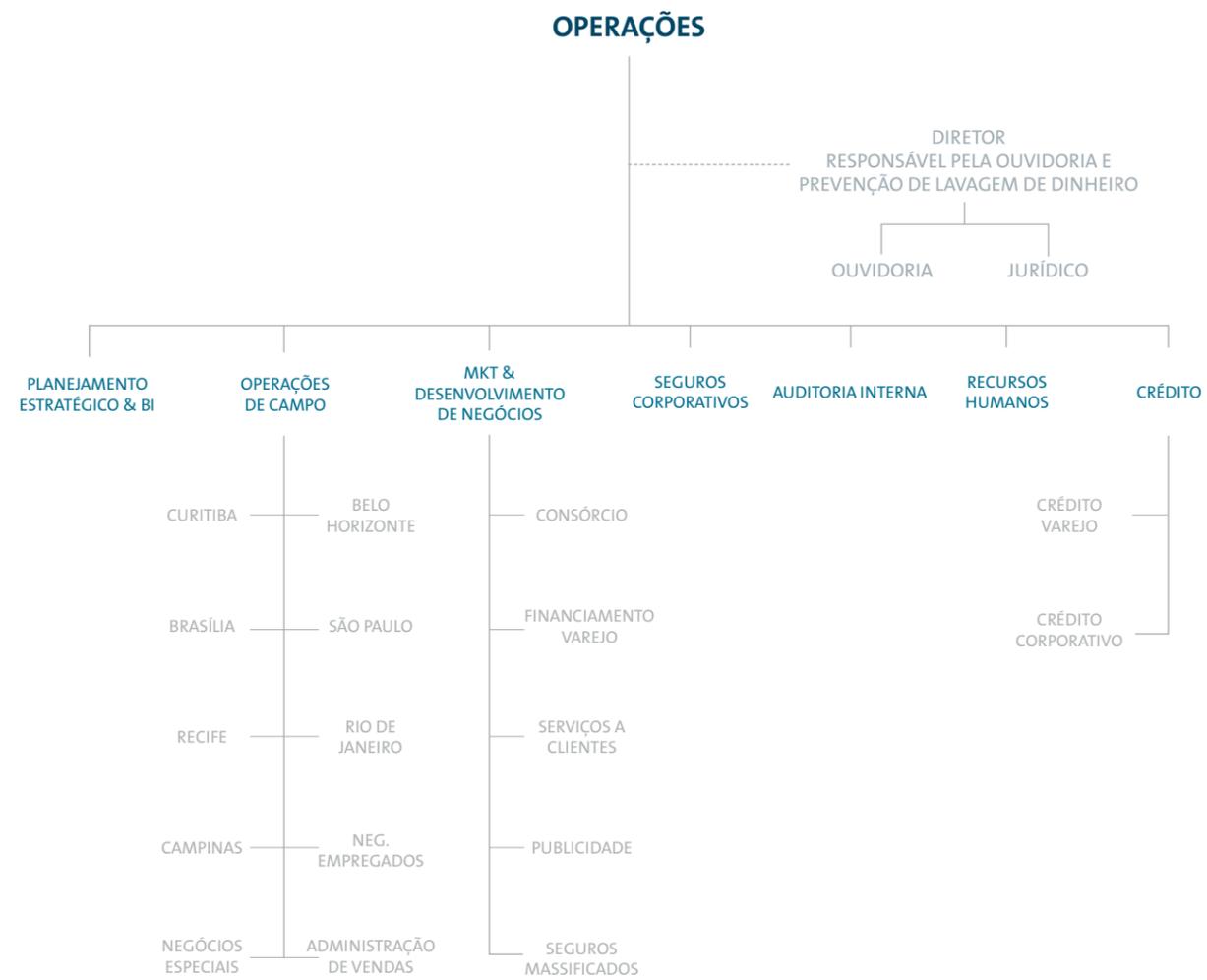
BANCO VOLKSWAGEN EM NÚMEROS

- Sete Regionais e uma Sub-Regional;
- 763 funcionários;
- R\$ 20,7 bilhões em ativos;
- 11º maior banco privado brasileiro segundo a Standard & Poor's;
- 15º no ranking dos 50 maiores bancos do País, 11º entre as instituições privadas e o maior entre as montadoras, conforme apuração do Banco Central do Brasil, com base no total de ativos.

PERFIL CORPORATIVO



ESTRUTURA CORPORATIVA DO BANCO VOLKSWAGEN



VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES AG

A Volkswagen Financial Services AG coordena globalmente as atividades de Serviços Financeiros do Grupo Volkswagen, atuando por meio de empresas afiliadas em 37 países, entre elas o Banco Volkswagen no Brasil. Há 60 anos, a unidade exerce importante papel no desenvolvimento do setor automotivo, desenvolvendo inovadores produtos financeiros, seguros e serviços. Em 2010, a Volkswagen Financial Services gerou mais de 2,7 milhões de novos contratos de financiamento, leasing e seguros, aumento de 7,6% comparado ao ano anterior.

GRUPO VOLKSWAGEN

Com base em Wolfsburg, na Alemanha, o Grupo Volkswagen é uma das empresas líderes mundiais em produção de veículos e a maior produtora de carros da Europa, detendo 21% das vendas de veículos novos na Europa Ocidental.

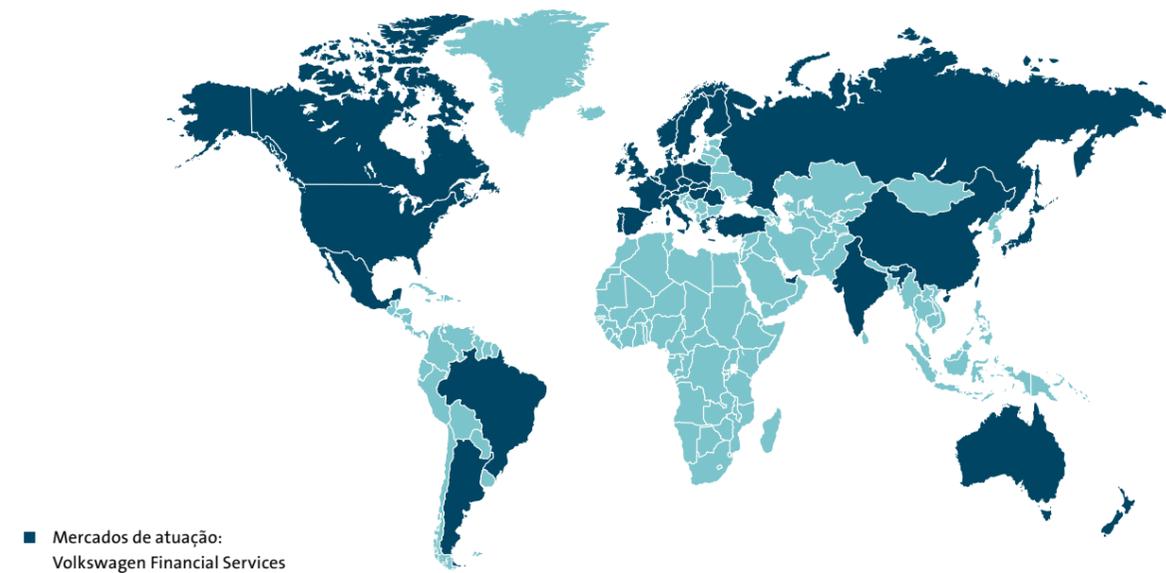
No segmento de veículos de passeio, o negócio do Grupo é dividido em duas grandes marcas: Volkswagen e Audi. Cada uma delas gerencia, individualmente, as marcas de seus próprios grupos. Assim, o Grupo Volkswagen totaliza nove marcas diferentes (Volkswagen, Audi, SEAT, Skoda, Volkswagen Commercial Vehicles, Bentley, Bugatti, Lamborghini e Scania).

O Grupo Volkswagen atua internacionalmente por meio de 62 estabelecimentos de produção na Europa, América, Ásia e África. A estrutura de controle está dividida em cinco regiões: Europa, América do Norte, América do Sul, África e Ásia. Os Serviços Financeiros e as unidades de negócios Europcar são gerenciados sob a divisão de Serviços Financeiros.

GRUPO VOLKSWAGEN EM NÚMEROS

- 62 unidades de produção em 22 países (15 países da Europa e sete países da América, Ásia e África)
- Modelos vendidos em 153 países
- Produção de cerca de 30 mil veículos por dia
- Participação de 11,4% no mercado mundial
- 7,203 milhões de veículos vendidos em 2010
- Cerca de 400 mil colaboradores em todo o mundo

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES AG – ATUAÇÃO GLOBAL



VOLKSWAGEN NO MUNDO



O GRUPO VOLKSWAGEN NO BRASIL POSSUI A MAIOR REDE DE CONCESSIONÁRIAS COM 786 REVENDAS (ENTRE AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN, AUDI, CAMINHÕES E ÔNIBUS).

VOLKSWAGEN DO BRASIL

Com 58 anos de atuação no Brasil, a Volkswagen do Brasil abrange quatro fábricas de automóveis, comerciais leves e motores, sete Regionais do Banco Volkswagen, além da Fundação Volkswagen, responsável pelos investimentos sociais da Companhia.

MAN LATIN AMERICA

Criada em 2009, a MAN Latin America é resultado da aquisição da Volkswagen Caminhões e Ônibus pela MAN SE. Com capacidade total de produção de 82 mil veículos por ano, é a maior fabricante de caminhões e a segunda maior de ônibus da América do Sul. Seus veículos são montados no Brasil, México e África do Sul, sendo que a fábrica instalada em Resende (RJ) comporta o centro de desenvolvimento de produtos. A linha de mais de 40 modelos disponíveis é comercializada em mais de 30 países da América Latina, África e Oriente Médio.

AUDI BRASIL

Presente no Brasil desde 1994, a Audi encerrou 2010 com um crescimento expressivo de 61% nas vendas de veículos importados no país. Mantendo a estratégia de fazer um novo lançamento a cada 45 dias, a companhia fechou o ano com 30 modelos no portfólio. Impulsionada pelo aumento nas vendas e pela gama de produtos oferecidos aos consumidores brasileiros, a Audi Brasil também incrementou o número de concessionários para 22 pontos de vendas.

Além destes significativos aumentos, o exercício de 2010 foi marcado pela conquista de vários prêmios importantes. Foi eleita recentemente como a empresa que mais respeita o consumidor na categoria automóveis de luxo, prêmio concedido pela revista Consumidor Moderno.



Gestão Estratégica e Objetivos

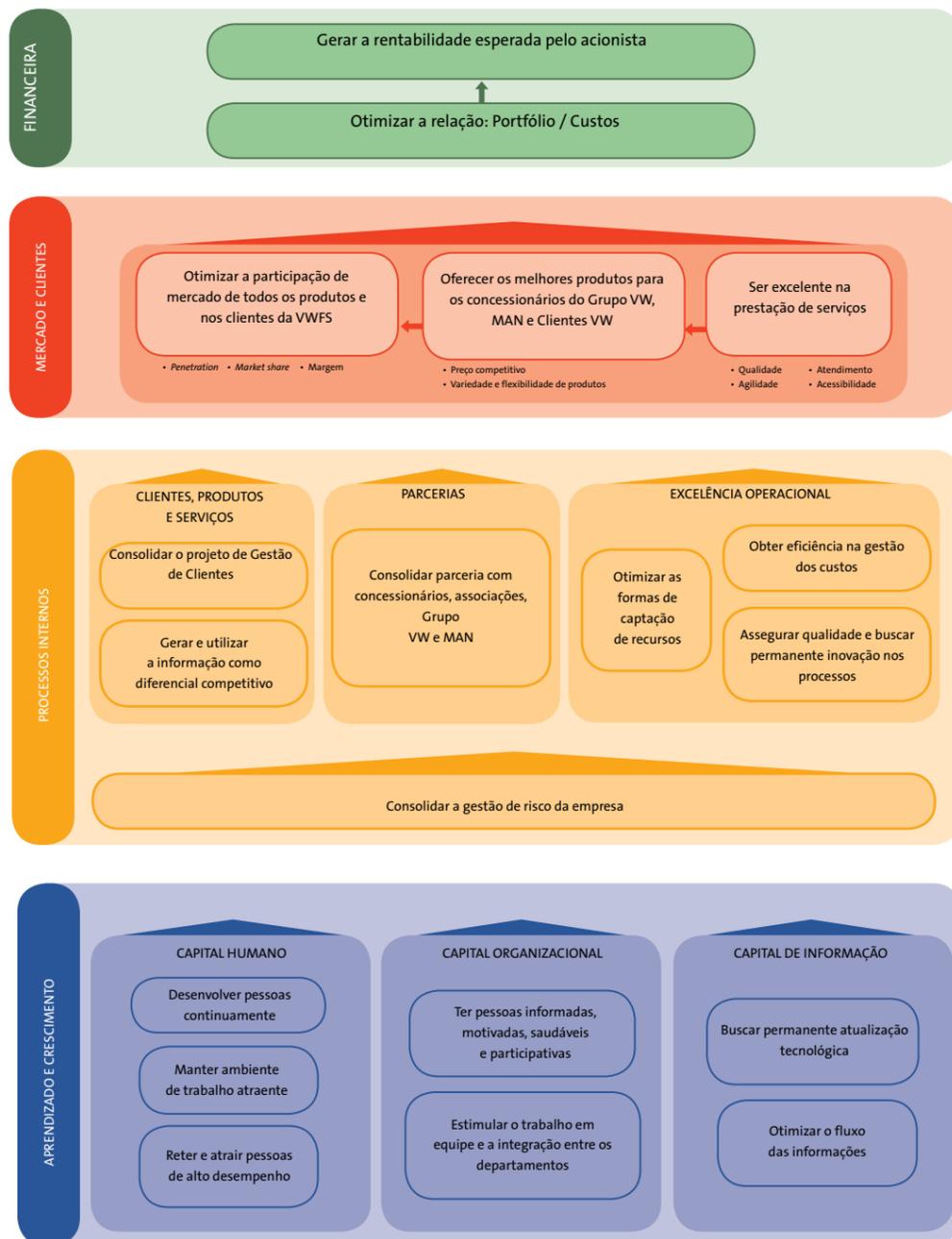
A gestão do Banco Volkswagen é abrangente e alinhada à sua missão e visão. A Empresa dispõe de um mapa estratégico que fornece as coordenadas para que executivos e colaboradores superem as expectativas de produtividade e atinjam os objetivos da corporação. O mapa traz metas de curto, médio e longo prazos e seus respectivos planos de ação.

Estruturado de forma a envolver todos os seus públicos (acionistas, clientes, empresa e público interno), o mapa estratégico expressa um **planejamento claro e objetivo** nos seguintes aspectos:

- Financeiro
- Mercado
- Clientes
- Processos internos
- Aprendizado e crescimento

GESTÃO ESTRATÉGICA E OBJETIVOS





CASCATEAMENTO DO MAPA ESTRATÉGICO

Alocar pessoas para otimizar a produtividade é o passo inicial na gestão de processos do Banco Volkswagen. Isto envolve o gerenciamento de talentos com base nas competências individuais e requeridas para a função, trabalhando a qualificação e o alinhamento total com a estratégia da Empresa.

Para isso, é feito o cascadeamento do mapa estratégico, estudo que cruza os objetivos pessoais de cada gestor e cada funcionário, estimulando a relação de causa e efeito proposta pelo mapa. Isso promove a busca conjunta pelos objetivos, garantindo o cumprimento da visão do Banco Volkswagen.

BUSINESS INTELLIGENCE

O Banco Volkswagen conta com a área de *Business Intelligence*, que trabalha sistematicamente no cruzamento de diversos dados e indicadores, visando:

- Prover informações necessárias às diversas áreas de negócios;
- Orientar a tomada de decisão;
- Garantir maior assertividade e segurança na gestão corporativa.

A equipe de planejamento estratégico monitora o desempenho do Banco Volkswagen na implementação dos objetivos do mapa e no cumprimento das metas, além de acompanhar as tendências macroeconômicas, setoriais e da concorrência.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BANCO VOLKSWAGEN

- Transparência com todos os públicos sobre a orientação estratégica da empresa
- Estratégia clara, definida e sem desperdício de energia
- Totalidade das ações focadas na estratégia: agilidade, segurança e confiança
- Fortalecimento da Governança Corporativa

DIFERENCIAIS COMPETITIVOS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O Banco Volkswagen possui qualidades que agregam valor ao negócio e sinalizam a sustentabilidade da Empresa no longo prazo:

Garantia, confiança e tradição da marca Volkswagen

O Banco Volkswagen conta com a garantia de liquidez vinda da Matriz alemã, além de possuir a confiabilidade de uma tradicional e sólida Empresa que zela pelos atributos da marca Volkswagen em todo o mundo.

Parceria com as empresas do Grupo Volkswagen

As empresas do Grupo Volkswagen atuam com sinergia na busca dos mesmos objetivos. Isto resulta em parcerias duradouras, baseadas na confiança e garantia da excelência em produtos e serviços para as demandas regulares e específicas.

Relacionamento com clientes

O Banco Volkswagen valoriza o relacionamento com seus clientes como meio para atingir a excelência na prestação de serviços. O conhecimento aprofundado do perfil dos clientes e do negócio se reverte na fidelização e avaliação positiva do mercado.

Alinhamento às melhores práticas internacionais no setor financeiro

Por ser parte de uma corporação global, o Banco Volkswagen adota práticas alinhadas a um benchmarking internacional aplicado a todas as áreas. Esse compartilhamento de tendências com outros países e culturas faz do Banco Volkswagen um banco de vanguarda.

Estrutura em regionais

A presença nos principais mercados, por meio das regionais, contribui para a realização da missão e visão do Banco Volkswagen, ao oferecer ferramentas para o desenvolvimento de produtos competitivos, conforme as particularidades de cada mercado. Também contribui para estreitar o relacionamento com as Concessionárias Volkswagen em todo o país, de forma a tornar-se a primeira opção em Serviços Financeiros.

Diversificação do *funding*

O Banco Volkswagen pratica estratégia de captação diferenciada em seu mercado de atuação. A diversificação das fontes de captação resulta em menores custos de *funding*, o que permite ao Banco Volkswagen lançar produtos com taxas mais competitivas e reduzir os riscos de liquidez.

Tecnologia com suporte ao crescimento

Os investimentos do Banco Volkswagen em tecnologia da informação sustentam o crescimento ao permitirem controle financeiro e administrativo, otimização dos processos de aprovação de operações, integração entre Matriz e regionais, gestão de pessoas e melhor atendimento e gestão de clientes.

Governança Corporativa

O Banco Volkswagen adota uma série de práticas diferenciadas de Governança Corporativa, que vão além das exigidas pelo ambiente regulatório no Brasil, seguindo ainda diretrizes internacionais como o código de Governança Corporativa alemão Kodex e o Acordo de Basileia II.

MARKETING – PRODUTOS E SERVIÇOS

O Banco Volkswagen atua junto à Rede de Concessionárias Volkswagen, oferecendo opções de financiamento de veículos novos e usados (atacado e varejo) e de peças e serviços.

A parceria com as montadoras Volkswagen, Audi e MAN e as Concessionárias permite que o Banco Volkswagen identifique as demandas dos diferentes perfis de clientes, contribuindo para o desenvolvimento de produtos e serviços competitivos alinhados às suas necessidades.

PRODUTOS DE FINANCIAMENTO DO BANCO VOLKSWAGEN

CONSUMIDOR FINAL (VAREJO)		
Produto	Perfil do Cliente	Vantagens e Modalidades
CDC (Crédito Direto ao Consumidor) Planos de financiamento para compra de veículos novos ou usados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas ▪ Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxas de juros competitivas ▪ Agilidade na aprovação ▪ Prazo máximo de 60 meses <p>Financiamento sob Medida</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestações a partir de R\$ 99 ▪ Flexibilidade para ajustar o valor das parcelas de acordo com as despesas (IPTU, IPVA, etc) e receitas extras (férias, 13º salário, etc) ▪ Permite incluir acessórios e seguro no plano <p>Financiamento Plus</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamento a partir de 30% na entrada e até 30% na última prestação ▪ Demais prestações menores que as de um financiamento normal ▪ Possibilidade de adquirir outro Volkswagen no final do contrato ▪ Possibilidade de escolher a data das prestações <p>Financiamento Total</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de despesas extras no financiamento: seguros (Autos e Proteção Financeira), despachante, acessórios e primeiras revisões
Leasing Opção alternativa ao financiamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas jurídicas ▪ Pessoas físicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valor mais baixo das parcelas ▪ Prazo máximo de 60 meses ▪ Parcelas livres de IOF ▪ Possibilidade de inclusão do valor do seguro ou de acessórios
BNDES Finame Ferramenta de comercialização de caminhões e ônibus com financiamento no longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas (transportador de cargas autônomo) ▪ Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma das menores taxas de juros do mercado ▪ Atendimento personalizado, resultado da expertise e proximidade do Banco Volkswagen com a Rede de Concessionárias ▪ Até 60 parcelas mensais ▪ Financiamento de até 100% do valor do bem, com taxas atrativas ▪ Opção de carência para o início da amortização ▪ Carência de até seis meses ▪ Ideal para empresas de todos os portes e segmentos ▪ Parcelas livres de IOF
Financiamento para Peças e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas ▪ Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de incluir acessórios, peças e serviços no contrato de financiamento ▪ Facilidade para compor o veículo conforme desejado e mantê-lo com manutenção e revisões em dia
Seguros Asseguram mais tranquilidade no uso do veículo e garantem cobertura do financiamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas ▪ Pessoas jurídicas 	<p>Proteção do Veículo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacotes de produtos adequados ao perfil do cliente ▪ Seguro de até três anos ▪ Opção de incluir o preço nas parcelas do financiamento ou leasing <p>Proteção Financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Garante o pagamento das prestações do financiamento ou leasing, caso algum imprevisto que impeça o pagamento ocorra durante a vigência do contrato ▪ Até quatro parcelas garantidas no financiamento de automóveis

PRODUTOS DE FINANCIAMENTO DO BANCO VOLKSWAGEN

Produto	Vantagens e Modalidades
Crédito pessoal	<ul style="list-style-type: none"> Produto direcionado exclusivamente para funcionários e ex-funcionários do Grupo Volkswagen Oferece uma das melhores taxas do mercado Diversas opções para pagamento Crédito efetuado na conta-salário Desconto de pagamento Primeira parcela debitada no segundo salário após o início do contrato
CDB (Certificado de Depósito Bancário)	<ul style="list-style-type: none"> Opção de investimento ao varejo Títulos de renda fixa pré e pós-fixado Solidez, confiança e experiência de uma marca consolidada em 21 países
Consórcio Nacional Volkswagen	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes opções de planos para a aquisição de automóveis Prazos de até 72 meses sem juros, aprovação de crédito ou taxa de adesão <p>Plano Normal VW</p> <ul style="list-style-type: none"> Parcelas acessíveis Até 60 meses para pagar Contemplação de duas cotas por assembleia (uma por sorteio e outra por lance) <p>Consórcio Leve Volkswagen</p> <ul style="list-style-type: none"> Parcelas 25% menores do que as de um plano normal Sem entrada e sem juros O pagamento da diferença é feito depois da contemplação Possibilidade de dividir o valor entre as prestações restantes ou então crédito de 75% do valor do veículo Contemplação de três automóveis por assembleia (um por sorteio e dois por lance) <p>Consórcio + Leve Volkswagen</p> <ul style="list-style-type: none"> Parcelas 33,3% menores até a contemplação Após a contemplação, pode-se optar por retirar o crédito de 66,7% ou o crédito total, diluindo a diferença nas parcelas restantes Contemplação de quatro automóveis por assembleia (uma por sorteio e três por lance)

CONCESSIONÁRIAS (ATACADO)	
Produto	Vantagens e Modalidades
Crédito Rotativo / Floorplan Financiamento à formação dos estoques das Concessionárias – veículos ou peças – ou para pagamento de impostos	<ul style="list-style-type: none"> Importante ferramenta de relacionamento entre o Banco Volkswagen e a Rede de Concessionárias, viabilizando as vendas do Grupo Volkswagen e a oferta das Concessionárias
Crédito direcionado Crédito concedido para finalidades específicas da Concessionária	<p>Retail</p> <ul style="list-style-type: none"> Financiamento da frota própria, veículos de test drive e outras aquisições <p>Adiantamento às Concessionárias</p> <ul style="list-style-type: none"> Recursos pagos com as próprias operações de financiamento <p>Capital de giro</p> <p>Crédito antecipado a fornecedores</p>
Capital de giro Capital de giro para concessionários	<ul style="list-style-type: none"> Produto direcionado à Rede de Concessionárias Volkswagen, sendo uma disponibilização do montante aprovado para suas necessidades de giro Flexibilidade de condições e prazos para pagamento
Antecipação de Recebíveis a Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> Produto exclusivo aos fornecedores do Grupo Volkswagen Permite antecipar o valor a receber da montadora e, desta forma, suprir sua necessidade de crédito Financiamento sem burocracia Taxas de juros competitivas

ATENDIMENTO AO CLIENTE E VENDAS

O Banco Volkswagen conta com sete Regionais e uma Sub-Regional em Porto Alegre (RS). Além disso, possui a Regional Negócios a Empregados, presente em todas as fábricas da Volkswagen para atendimento exclusivo aos colaboradores.

Esse modelo de atuação comercial permite que o Banco Volkswagen:

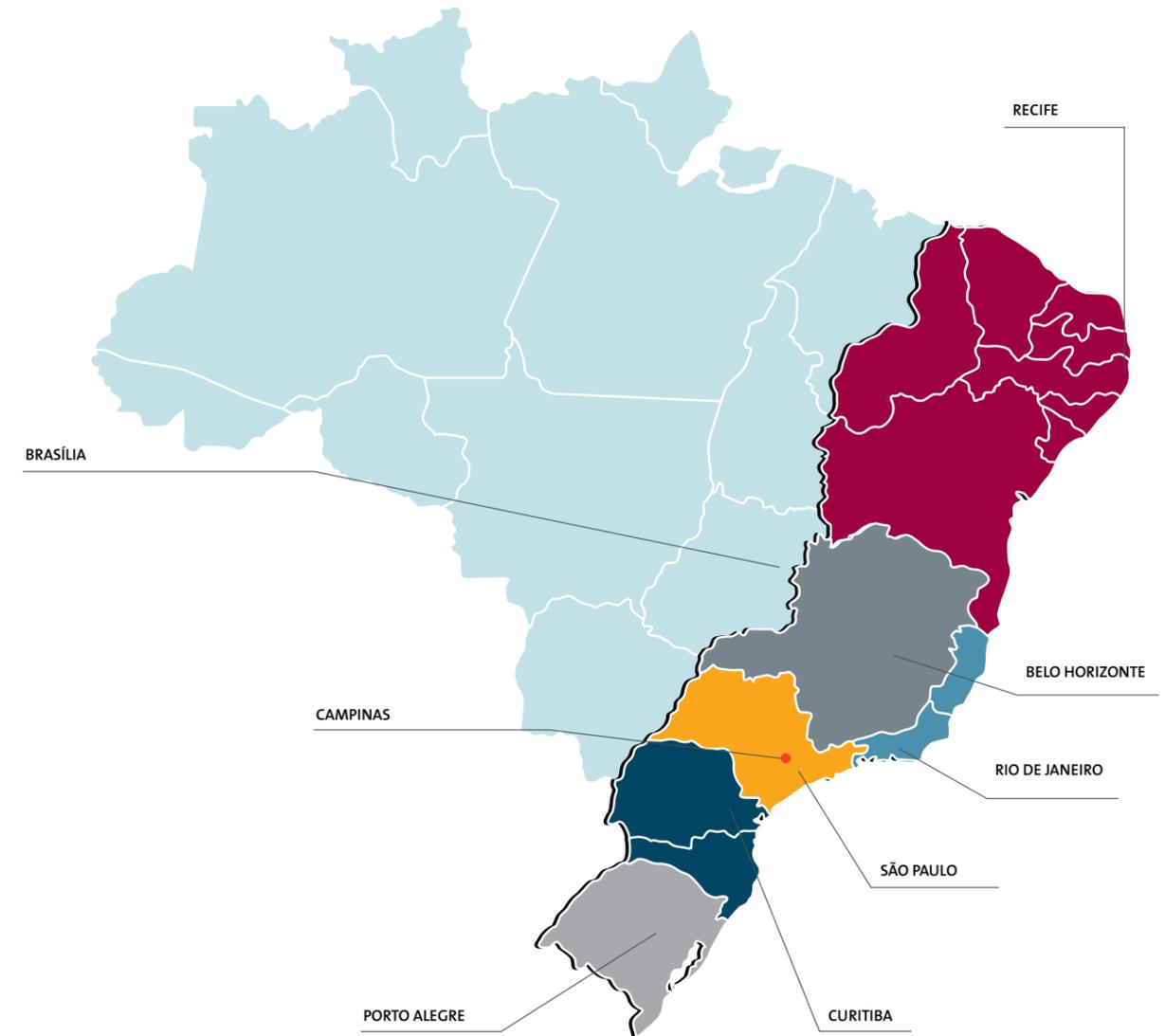
- Mantenha-se próximo dos consumidores, identificando suas particularidades e o comportamento do mercado em cada região;
- Desenvolva produtos e serviços que atendam aos diferentes perfis de consumidor no Brasil;
- Esclareça as dúvidas do consumidor sobre financiamento, agilizando operações e transmitindo segurança;
- Aumente os índices de fidelização do cliente;
- Dê suporte ao concessionário nas operações do dia a dia;

O BANCO OFERECE DIVERSOS CANAIS DE ATENDIMENTO: SEJA PELA INTERNET, NO BALCÃO, NA VISITA, DURANTE A VENDA, NA CONCESSIONÁRIA OU PELO TELEFONE, O OBJETIVO É OFERECER AO CLIENTE SOLUÇÃO E SATISFAÇÃO DESDE O PRIMEIRO CONTATO.

- Monitore e acompanhe o perfil da carteira;
- Incremente a penetração de seus serviços.

Cada regional do Banco Volkswagen tem gerência própria e conexão em tempo real com a Matriz que, por sua vez, determina os objetivos das Regionais (de acordo com as características locais) e acompanha o desempenho por meio de sistemas que centralizam todas as operações, permitindo maior controle na gestão dos clientes.

REDE – ESTRUTURA ATUAL



1- CONSÓRCIO LEVE FACILIS REFINANÇ A CONTRIBUIÇÃO

2- CONSÓRCIO GOLD EXCLUSIVO PARA IMPORTADOS

3- FINANCIAMENTO TOTAL DESPACHANTE, ACESSÓRIOS E SEGURO FINANCIADOS

4- LEASING SEMOS IMPOTER

5- SEGURO DE CASCO PLURALIDADE, FINANCIADO PELO BANCO VOLKSWAGEN

6- FINANCIAMENTO PLUS PRESTAÇÕES MENORES QUE AS DE UM FINANCIAMENTO NORMAL

7- FINANCIAMENTO SOB MEDIDA INDIQUE MAR QUALQUER PREFER E MEIORS QUANDO RESOUSA

8- PLANO LIVRE ESCOLHA A AJUSTE SARA PARA PAGAR AS PRESTAÇÕES

9- SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA PROTEÇÃO CONTRA IMPREVISTOS

10- CONSÓRCIO MAIS LEVE O PLANO QUE MENOR PESA NO ORÇAMIBERO

Além de fazer o carro que você sonhou, a gente também ajuda você chegar a ele.

Banco Volkswagen
Comitê Nacional Volkswagen
Seguros Volkswagen

Mercado de Atuação

O cenário macroeconômico influencia diretamente os negócios geridos pela Tesouraria do Banco Volkswagen. Com exceção do final do ano (devido às medidas macroprudenciais do Banco Central), os indicadores ficaram relativamente estáveis ao longo de 2010, refletindo-se na estabilidade do custo de captação e da taxa de juros oferecida ao cliente final do Banco Volkswagen.

MERCADO DE ATUAÇÃO

CENÁRIO GLOBAL

Em 2010, a maioria das economias mundiais mostrou recuperação, encerrando o ano com expansão vigorosa do PIB – destaque para os países emergentes como Índia (8,0%), China (10,3%), Rússia (4,0%), Brasil (7,5%) e para a economia americana (expansão de 2,9% no ano).

Na Europa, com exceção das principais economias – Alemanha (3,6%), Inglaterra (1,5%), França (1,5%) e Itália (1,3%) –, a crise financeira e problemas sérios de endividamento público preocuparam investidores. O PIB da Espanha, Irlanda e Grécia apresentaram retração de 0,1%, 1,0% e 4,3%, respectivamente.



CENÁRIO INTERNO

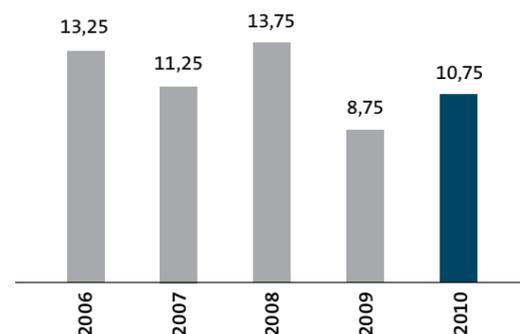
O IPCA encerrou 2010 a 5,9% – taxa mais alta desde 2004 e 1,4% acima da meta de 4,5% definida para o ano. A taxa básica de juros (Selic) sofreu três aumentos consecutivos, encerrando o período em 10,75%. O Real alcançou valorização de 4,5% frente ao Dólar, fechando o ano cotado a R\$ 1,66.

O mercado de trabalho teve ótimo desempenho: a taxa média de desemprego caiu de 8,1% em 2009 para 6,7% em 2010. O indicador encerrou o ano em 5,3% – menor da série histórica desde 2002. Nesse contexto, o volume de vendas teve forte expansão de 10,9% no varejo e de 10,4% na indústria no exercício de 2010.

SETOR AUTOMOTIVO

De acordo com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a produção de veículos bateu recorde e cresceu 14,4%, totalizando 3,64 milhões de veículos ante 3,19 milhões em 2009. O volume total de vendas internas aumentou 11,4%, chegando a 3,57 milhões de veículos em 2010, ante 3,21 milhões de unidades no exercício anterior.

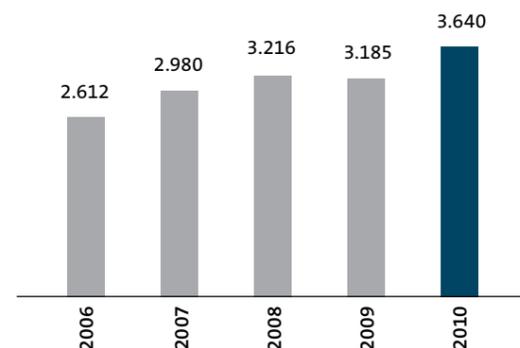
TAXA SELIC (%)



Fonte: Banco Volkswagen

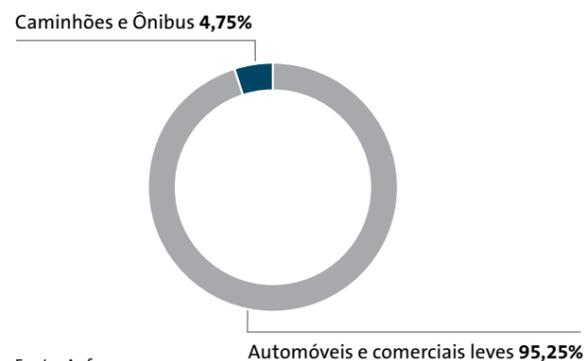
INDÚSTRIA

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS (MIL)



Fonte: Banco Volkswagen

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS POR SEGMENTO (2010)



Fonte: Anfavea



ATUAÇÃO DA TESOUREARIA

A Tesouraria exerceu papel-chave para o excelente desempenho do Banco Volkswagen em 2010.

A Empresa intensificou a diversificação de *funding* e realizou sua **primeira captação no exterior**, levantando R\$ 970 milhões por meio da Volkswagen Financial Services NV, unidade holandesa que centraliza todas as operações de captação no mercado de capitais do Grupo Volkswagen no mundo. Esses recursos foram os mais competitivos no mix de *funding* do Banco Volkswagen.

O acesso a essa linha de recursos foi fruto de um longo trabalho de preparação e intenso relacionamento da Tesouraria brasileira com a Matriz alemã. A área foi responsável em estruturar a operação junto aos bancos no Brasil e aos departamentos internos.

A CAPTAÇÃO DE QUASE R\$ 1 BILHÃO NA HOLANDA EVIDENCIOU OS SEGUINTE ASPECTOS:

- Amadurecimento do Banco Volkswagen
- Confiança da Matriz na operação brasileira
- Crescimento do negócio
- Respeitabilidade da Tesouraria no exterior
- Credibilidade do Banco Volkswagen na Europa

A Tesouraria do Banco Volkswagen no Brasil é considerada benchmark pela Matriz, destacando-se por estar adiantada no planejamento e na **aplicação prática da estratégia do Grupo Volkswagen para 2018**. Até lá, todas as unidades terão de adotar uma estrutura de *funding* composta de depósitos, securitização e mercado de capitais.



A TESOUREARIA DO BANCO VOLKSWAGEN NO BRASIL É REFERÊNCIA PARA OUTRAS UNIDADES DO GRUPO. EM 2010, A ÁREA FOI ESCOLHIDA PELA MATRIZ PARA TREINAR TODOS OS NOVOS PRESIDENTES DAS UNIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS NO MUNDO.

No Brasil, o Banco Volkswagen já atua nessas frentes, sendo que o CDB (depósitos) está operacionalizado aos concessionários desde 2010 e os projetos ABS (securitização) e de emissão de Letra Financeira Pública (mercado de capitais) serão implementados em 2011. Com a base pronta e os produtos lançados, o Banco Volkswagen pretende se focar para ganhar volume até 2018.

Entre os fatores que contribuirão para o aumento da competitividade do Banco Volkswagen, destaca-se o **amadurecimento do mercado de capitais no Brasil**, que passará a dispor de regulamento específico sobre como a securitização deverá ser feita no futuro para alinhar seus processos a países com maior tradição neste mercado. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da adoção de práticas contábeis niveladas ao IFRS (normas internacionais de Contabilidade).

O Banco também conta com uma **estrutura sólida e conservadora** de captação e investimentos (razão pela qual quase não sentiu os efeitos da última crise financeira mundial em 2008).

Ao longo do exercício, a Tesouraria também esteve envolvida na implementação de novas plataformas de cotações eletrônicas de câmbio e CDB e na criação da Letra Financeira Subordinada, novo produto que ajudou a compor a estrutura de capital do Banco Volkswagen para alavancar novos negócios, possibilitando assim sustentar o crescimento da carteira de financiamento por meio de novos contratos originados no decorrer do exercício de 2010.

Vale destacar que, ainda em 2010, a conquista da classificação **Triple A pelo segundo ano consecutivo** atraiu a atenção de grandes investidores interessados na compra de CDBs do Banco Volkswagen – tendência que deve se mostrar ainda mais expressiva nos próximos exercícios.

Governança Corporativa

Em 2010, o Banco Volkswagen deu um importante passo ao criar seu modelo de Governança Corporativa que adota as melhores práticas do setor financeiro internacional, buscando o estado da arte em todas as suas iniciativas, estrutura, modelo de management, estratégia, processos e controles.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Uma das evidências deste comprometimento é o fato de o Banco Volkswagen adotar uma série de práticas diferenciadas, que vão além das normalmente exigidas pelo ambiente regulatório no Brasil: a Empresa segue recomendações de instituições como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), além do código de Governança Corporativa alemão Kodex e o Acordo de Basileia II publicado pelo Bank for International Settlements (BIS).

O Banco Volkswagen faz um profundo acompanhamento de seus indicadores de negócio. Seus procedimentos de gestão de riscos já atendem aos requerimentos do Acordo de Basileia II – que se baseia em três pilares: Capital (guardar), Supervisão (fiscalizar) e Transparência e Disciplina de Mercado (divulgação de dados) – e aos 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária.

Em conformidade com a lei e regulamentações do setor, o Banco Volkswagen também realiza auditorias internas e conta com Auditores Independentes para assegurar a adequação dos processos e controles e cumprimento dos objetivos estratégicos do acionista.

Em 2010, a adoção das melhores práticas trouxe uma série de contribuições para o Banco Volkswagen:

- Aprimoramento da prestação de contas e da forma de se comunicar com o mercado
- Consolidação da confiança junto à Matriz e agilidade da aprovação de projetos
- Manutenção do equilíbrio dos interesses dos *stakeholders*
- Redução da percepção de risco e, conseqüentemente, do custo de capital
- Obtenção dos melhores indicadores de desempenho organizacional
- Maior competitividade e sustentabilidade

Para 2011, a expectativa é dar continuidade à implementação do modelo de Governança Corporativa e aprimorar a qualidade da comunicação com seus *stakeholders*.

IBGC

Outro destaque é o fato do Banco Volkswagen ser membro Associado Patrocinador do IBGC, título destinado a companhias identificadas pelo Conselho de Administração do instituto como

pertencentes ao seletor grupo de empresas que assumiram compromisso com a boa governança, posicionando-se publicamente favorável à causa e incorporando as melhores práticas como meta de administração da organização.

O Associado Patrocinador contribui para a realização de atividades que se destinam ao fortalecimento dos objetivos do IBGC. A título de exemplo, em 2010, o Banco Volkswagen foi um dos patrocinadores do livro *Governança Corporativa: internacionalização e convergência*, lançado pela entidade.

GESTÃO COLEGIADA

O Banco Volkswagen conta com uma estrutura de gestão colegiada composta de três Comitês Gerenciais e 11 Comitês Funcionais, que têm como principais atribuições:

- Elaborar planos de ação;
- Acompanhar o desempenho conforme a estratégia corporativa e as regulamentações do setor;
- Zelar pela qualidade das informações e transparência com os diversos públicos.

COMITÊS GERENCIAIS



COMITÊS FUNCIONAIS

Ger. de Risco	Compliance	Marketing	RH	Tesouraria	Ouvidoria
Crédito e Cobrança Varejo	Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo	Preço e Comercialização	Pessoal	Tesouraria	Ouvidoria
Crédito Corporativo	Ética	Marketing e Desenvolvimento de Negócios			
Risco Operacional e Compliance		Gestão de Clientes			

Conselho Consultivo

- Monitora e faz recomendações à diretoria quanto ao planejamento estratégico, às conformidades com as regulamentações do Banco Central e às normas internas do Banco VW;
- É responsável pela recomendação dos orçamentos operacionais, planejamento de negócios e de produtos.

Comitê Executivo

- Atua no cascadeamento e monitoramento dos objetivos financeiros e operacionais;
- Monitora KPIs, assuntos estratégicos e planos de ação;
- Define pontos de atenção e melhorias nos controles internos.

Comitê de Auditoria

Composto por membros com total independência da administração da Companhia, zela pelos seguintes aspectos:

- Qualidade e integridade das demonstrações financeiras;
- Cumprimento das leis e regulamentações;
- Qualidade e efetividade do sistema de controles internos e gerenciamento de riscos;
- Qualidade do relatório da Ouvidoria;
- Qualidade da atuação, qualificação e independência do trabalho das auditorias interna e independente.

Comitê de Crédito e Cobrança Varejo

- Analisa os indicadores;
- Estabelece políticas de crédito e cobrança;
- Determina processos e melhorias em sua área de atuação.

Comitê de Crédito Corporativo

- Estabelece e monitora a concessão e

administração de linhas de crédito para Concessionárias e grandes operações para pessoas jurídicas.

Comitê de Risco Operacional e Compliance

- Aprova e monitora planos de ações corretivas para mitigação do risco operacional e aprimoramento do sistema de controles internos;
- Aprova os processos de *risk* e *control self-assessment*.

Comitê de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

- Assegura a conformidade dos processos com as normas e regulamentos aplicáveis;
- Aprova treinamentos e campanhas de conscientização;
- Aprova processos e critérios de seleção de clientes com indícios de lavagem de dinheiro;
- Analisa e indica os casos suspeitos ao Conselho de Controle de Atividades Financeira (COAF).

Comitê de Ética

- Promove a manutenção do padrão de conduta na Empresa;
- Analisa e delibera sobre conflitos de natureza ética e desvios de conduta em relação aos princípios estabelecidos;
- Atualiza os padrões de conduta e esclarece dúvidas quanto ao assunto;
- Estimula a adequação das práticas, políticas e procedimentos aos princípios éticos da companhia.

Comitê de Preço e Comercialização

- Aprova estratégias de competitividade para os produtos financeiros.

Comitê de Marketing e Desenvolvimento de Negócios

- Faz a análise de mercado, performance, processos, competitividade e impactos legais nos produtos e serviços do Banco Volkswagen;
- Estabelece planos e estratégias para o desenvolvimento e divulgação dos novos negócios.

Comitê de Gestão de Clientes

- Avalia iniciativas para estabelecer estratégias e aprovar planos de desenvolvimento;
- Acompanha performance e resultados.

Comitê de Pessoal

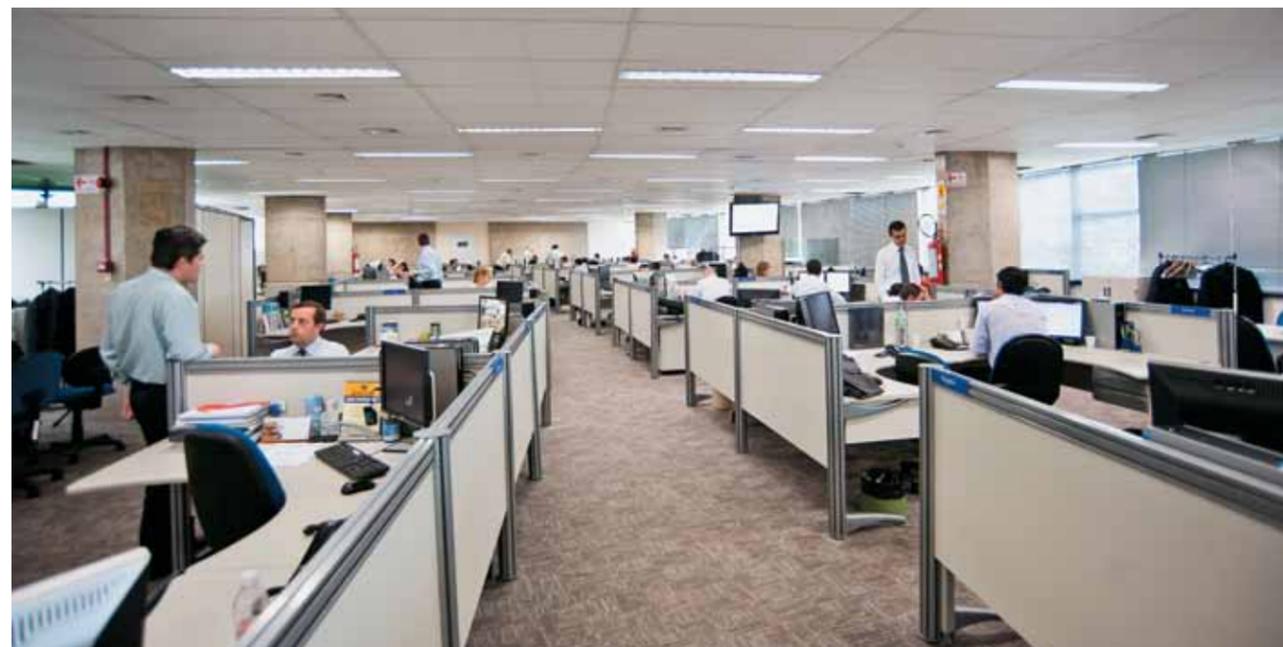
- Mantém e acompanha ações e planos de desenvolvimento para atrair e reter talentos;
- Aprova movimentação e promoção para média liderança;
- Acompanha concessões de incentivos à educação e ações de desenvolvimento pessoal.

Comitê de Tesouraria

- Analisa e discute a estratégia para as operações de tesouraria;
- Aprova a política e a estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez;
- Define níveis de exposições a risco de mercado e liquidez.

Comitê de Ouvidoria

- Avalia o resumo dos contatos recebidos durante o trimestre, incluindo a classificação das demandas entre procedentes e improcedentes;
- Avalia o acompanhamento do relacionamento com os clientes através das análises das demandas procedentes, bem como o *report* dos encaminhamentos das demandas às áreas envolvidas e as melhorias de procedimentos identificadas;
- Avalia a decisão sobre os planos de ação que suportam melhorias necessárias para a atividade de ouvidoria.



RELACIONAMENTO CONSTANTE

COM STAKEHOLDERS

Acionista

Em 2010, o Banco Volkswagen evoluiu seu processo de institucionalização, padronização, prestação de contas (*reporting*) e definição de metas junto ao acionista, atendendo às necessidades da Matriz e órgãos reguladores na Alemanha. O Banco Volkswagen adota práticas internacionais de contabilidade, publicando os resultados consolidados conforme as **normas internacionais IFRS**, além da publicação segundo normas locais.

Concessionários

Ciente da importância das **boas práticas em toda a cadeia de atuação**, o Banco Volkswagen tem desenvolvido uma série de iniciativas de conscientização e educação junto aos seus 786 concessionários no Brasil, visando transferir diretrizes de Governança Corporativa para os revendedores por meio de sua escola de negócios.

O próximo passo prevê a criação de uma escola de finanças, na qual um dos módulos a ser desenvolvido será o de Educação Financeira, já que muitos concessionários se tornaram também investidores da Empresa por meio do CDB do Banco Volkswagen, lançado em 2009.

Entidades de Classe

O Banco Volkswagen está **engajado ativamente nas principais entidades** de classe do setor financeiro.

Em 2010, a Empresa participou de comitês, eventos e outras iniciativas de instituições como:

- Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel)
- Associação Nacional das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi)
- Banco Central (BC)
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

Cliente

O Banco Volkswagen valoriza o relacionamento como meio para atingir a excelência na prestação de serviços, fidelização e avaliação positiva do mercado. Na visão da Empresa, **a satisfação do cliente é um dos principais indicadores estratégicos**. Por isso, realiza periodicamente pesquisas de satisfação do consumidor aplicadas pela IPSOS/Alfacom. O Banco está entre os líderes em satisfação do consumidor, com 87% de aprovação em 2010.

Funcionários

Outra frente de atuação foi o trabalho para aprimorar e **disseminar transparência e práticas de gestão organizacional junto aos colaboradores**. O Banco Volkswagen possui um código de conduta, revisado constantemente, direcionado a todos os colaboradores que firmam aderência a ele, com atualização obrigatória a cada dois anos.

Além disso, para garantir a confiabilidade da marca Volkswagen, o Banco dispõe também de ferramenta para controle de implantação de tais diretrizes éticas, processo de identificação de conflito de interesses e canal de denúncias de fraudes e subornos.

A EMPRESA ACOMPANHA O CUMPRIMENTO DE NORMAS INTERNAS E DE ÓRGÃOS REGULADORES, ADOTANDO CRITÉRIOS RIGOROSOS PARA AVALIAR AS ATIVIDADES DE COMPLIANCE, QUE SÃO DOCUMENTADAS E DISSEMINADAS ENTRE OS FUNCIONÁRIOS COMO REQUISITOS FUNDAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.

GESTÃO DE RISCO

Gestão de risco

O Banco Volkswagen considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, sendo parte essencial no suporte ao negócio, proporcionando maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação Risco x Retorno.

Para atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco do Banco Volkswagen está alinhada às orientações da Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia II e às exigências do Conselho Monetário Nacional.

A Diretoria responsável pelas áreas de finanças e administração foi definida como a responsável pela gestão do risco. A estrutura de Gerenciamento de Riscos, subordinada a essa Diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento dos riscos de mercado, operacional e crédito, seguindo normas corporativas e de órgãos reguladores.

A gestão dos diferentes tipos de risco é realizada conforme descrito a seguir. A Diretoria responsável pelas áreas de finanças e administração foi definida como a responsável pela gestão do risco. A estrutura de Gerenciamento de Riscos, subordinada a essa Diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento dos riscos de mercado, operacional e crédito, seguindo normas corporativas e de órgãos reguladores.

A gestão dos diferentes tipos de risco é realizada conforme descrito a seguir.

RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

O Banco Volkswagen considera os seguintes eventos de risco operacional:

- Fraude interna
- Fraude externa
- Demandas associadas a relações trabalhistas
- Práticas inadequadas relacionadas a clientes, produtos e práticas de negócio
- Danos a ativos
- Eventos que acarretem em interrupção de negócios
- Falhas de sistemas de tecnologia
- Falhas na execução e gestão de processos

A área é responsável em prover os recursos necessários para gestão do risco operacional de acordo com a estrutura aprovada, referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, além de promover a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

O GERENCIAMENTO DE RISCO FAZ PARTE DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO BANCO VOLKSWAGEN

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas em razão da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre tais eventos de risco, estão os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e de mercadorias (commodities).

São realizados anualmente testes de avaliação dos sistemas utilizados para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, os quais são reportados para a Diretoria da Instituição.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de mercado atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição do Banco Volkswagen.

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação da Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à Empresa e pode prejudicar o pagamento do crédito concedido. Varia de acordo com:

- Perfil dos clientes
- Produtos e serviços oferecidos
- Valor solicitado
- Instituição que concede o crédito
- Qualidade da garantia

A Volkswagen Serviços Financeiros efetua a gestão do risco de crédito do conglomerado financeiro e das respectivas instituições integrantes. Entre suas atribuições, destacam-se:

- Acompanhamento das atividades de crédito e cobrança
- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos estatísticos e julgamentais de crédito e cobrança
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas
- Identificação de novos componentes que possam representar riscos de crédito



ESTÃO IMPLEMENTADAS NA INSTITUIÇÃO FERRAMENTAS DE GESTÃO DE RISCO QUE PERMITEM AVALIAR OS RISCOS DE CRÉDITO, ALINHANDO SEU POSICIONAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS E ASSEGURANDO A ADEQUADA ALOCAÇÃO DE CAPITAL E OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS.

Gestão de Pessoas

Em 2010, o Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen trabalhou o alinhamento da estratégia global – o chamado WIR 2018 – junto a todos os colaboradores, iniciando a padronização de processos mundialmente. Ciente do valor do capital intelectual, foram promovidos diversos eventos e ações para propiciar a troca de experiência e conhecimento do que existe de melhores práticas em termos de Serviços Financeiros no mundo.

Durante o exercício, a unidade brasileira do Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen marcou presença pelo terceiro ano consecutivo na Conferência Mundial de Recursos Humanos da Volkswagen Financial Services AG, que reuniu em Amsterdã, Holanda, equipes de outras 37 subsidiárias de Serviços Financeiros.

Com o tema *Top Team*, a edição de 2010 do evento evidenciou a **importância do time de alta performance e do profissional qualificado** para o cumprimento dos objetivos até 2018, com foco no aumento de produtividade e competitividade.

O OBJETIVO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS É TORNAR O CONGLOMERADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS VOLKSWAGEN “A MELHOR EMPRESA PARA SE TRABALHAR”, COM UMA EQUIPE TOP.

Durante a conferência, além de compartilharem informações sobre desenvolvimento de iniciativas de Recursos Humanos, plano de sucessão e qualidade de vida, entre outros temas, os gestores da unidade brasileira apresentaram *workshop* sobre o programa de remuneração variável desenvolvido no país.

A SUBSIDIÁRIA BRASILEIRA TORNOU-SE REFERÊNCIA PARA A MATRIZ E SUBSIDIÁRIAS DEVIDO AO AVANÇO E INOVAÇÃO EM UMA SÉRIE DE INICIATIVAS.



GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DE PESSOAS

ATRAÇÃO E RETENÇÃO

Para ter um time de alta performance, o Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen tem investido na atração e retenção de talentos.

A escolha de profissionais vai além do lado técnico, considerando o perfil comportamental do indivíduo para todos os níveis hierárquicos.

TOP TEAM: VALORES

- Compromisso com o cliente
- Responsabilidade
- Coragem
- Entusiasmo
- Confiança

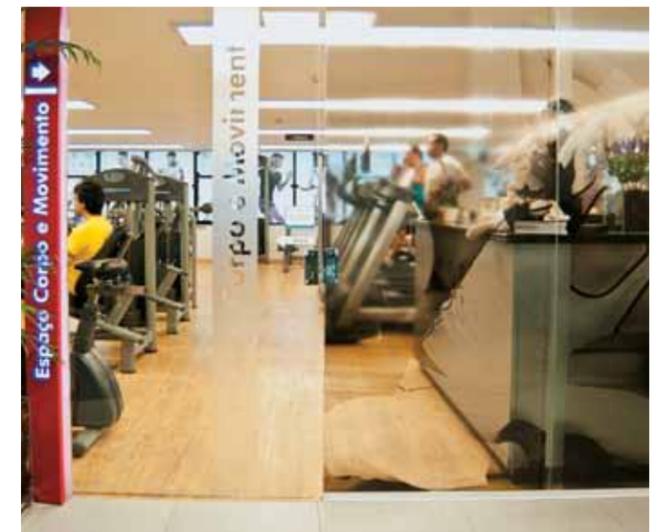
COMPETÊNCIAS

- Criatividade
- Inovação
- Visão estratégica
- Capacidade analítica
- Comprometimento com a organização
- Foco no cliente
- Foco em resultado

Em 2010, o efetivo do Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen fechou o ano com 763 empregados.



Área de decompressão com lanchonete



Academia dentro das instalações



Banco Volkswagen exclusivo aos funcionários



Área com computadores e internet wi-fi



Ambulatório completo

UMA SÉRIE DE PESQUISAS SÃO REALIZADAS PARA IDENTIFICAR OPORTUNIDADES DE MELHORIA NA GESTÃO, VISANDO PRESERVAR A QUALIDADE NO CLIMA ORGANIZACIONAL E A BOA RELAÇÃO ENTRE OS COLABORADORES E A EMPRESA.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Conforme já mencionado, a área de Treinamento e Desenvolvimento tem papel-chave na estratégia mundial do Grupo Volkswagen. Paralelamente aos programas para alinhamento de práticas, cultura e valores, em 2010, o Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen contou com iniciativas como a Escola de Liderança, programas de gestão e cursos de idioma.

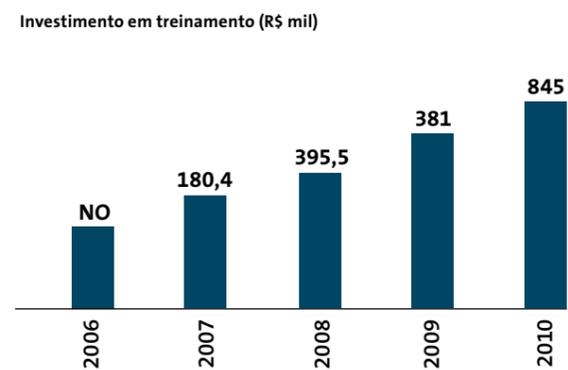
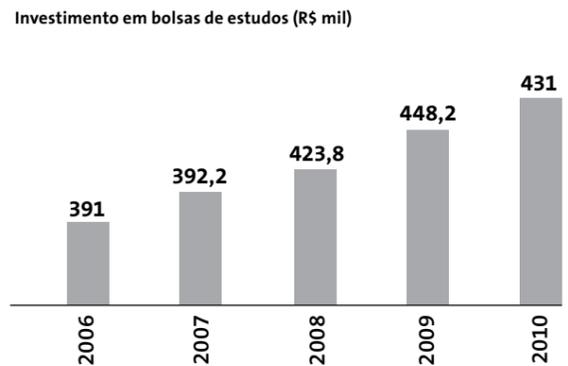
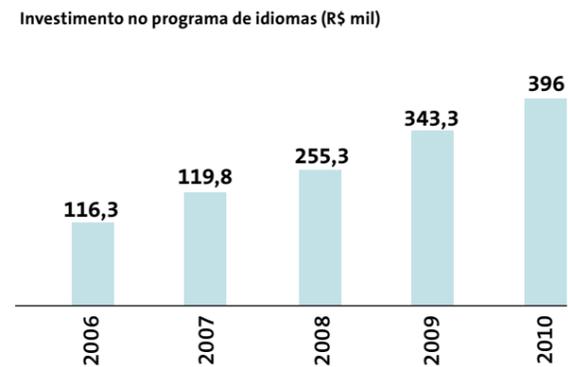
No ano, os investimentos em desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores superou R\$ 1,5 milhão:

- Investimento em treinamento: R\$ 845 mil
- Investimento em cursos de idioma: R\$ 396 mil
- Investimento em bolsas de estudo: R\$ 431 mil

TRABALHO E SATISFAÇÃO

Desde 1999 é feita a **Pesquisa de Clima**, que revela o grau de satisfação e o envolvimento do colaborador com a Empresa e com os objetivos estratégicos, além de colher sugestões. Essas ideias são analisadas pela área de Recursos Humanos, que faz um estudo de benchmark no mercado, observando o que as demais subsidiárias do Conglomerado têm desenvolvido a fim de adotar tais práticas no próprio negócio.

Em 2010, para aplicação desta pesquisa, o Conglomerado de Serviços Financeiros Volkswagen passou a seguir mundialmente a metodologia da **Great Place to Work®**, por permitir o mesmo padrão de comparação entre todas as subsidiárias. O índice de satisfação médio alcançou 75% – considerado “ideal” em comparação à média do mercado das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.



Fonte: Banco Volkswagen

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações do fluxo de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2010.

É com grande satisfação que publicamos as Demonstrações Financeiras do Banco Volkswagen, exercício 2010. Ressaltamos o importante momento em nossa história, em que colhemos resultados expressivos apoiados por um crescimento sustentável. Fruto de um trabalho focado em produtividade, inovação tecnológica, profissionais bem qualificados e diversificação dos meios de captação. Vale destacar o fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen, Audi e MAN tanto quanto ocorreu com suas respectivas redes de concessionárias.

DESTAQUES DO ANO

- Aumento de 25% no total de ativos, encerrando 2010 a R\$ 20,7 bilhões, ante R\$ 16,6 bilhões em 2009.
- Diversificação de fontes de captação (funding) por meio de empréstimos no exterior e CDB, fonte que gerou captação total de R\$ 964 milhões e R\$ 3,3 bilhões, respectivamente, em 2010.
- O Banco Volkswagen recebeu a reafirmação do rating AAA (Triple A) para as operações de crédito em escala nacional, segundo classificação da Standard & Poor's. Foram considerados fatores como a qualidade dos ativos e a gestão de riscos do Banco Volkswagen, a expertise em operações de financiamento de veículos e o suporte financeiro da Matriz, fatos que agregam idoneidade, segurança e confiança.
- 15º no ranking dos 50 maiores bancos do país, 11º entre as instituições privadas e o maior entre as montadoras, conforme apuração do Banco Central do Brasil, com base no total de ativos.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen estão em linha com as diretrizes do Grupo Volkswagen, que valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

Dessa forma, o Banco Volkswagen sustentou um crescimento de 25% nas operações de crédito e arrendamento mercantil em 2010, somando R\$ 17,5 bilhões, ao mesmo tempo em que preservou 95% da carteira entre as classificações AA, A, B e C de risco, reafirmando o histórico do Banco Volkswagen na preservação da qualidade da carteira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

GESTÃO COLEGIADA

O Banco Volkswagen está alinhado a práticas avançadas de governança corporativa, tendo uma estrutura de gestão colegiada composta de comitês gerenciais e comitês funcionais, que têm como principais atribuições elaborar planos de ação e acompanhar o desempenho conforme a estratégia

corporativa e as regulamentações do setor, bem como zelar pela qualidade das informações e transparência com os diversos públicos.

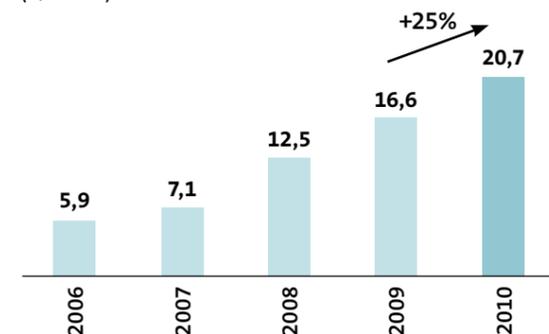
Adicionalmente, o Banco Volkswagen está representado em comitês de importantes instituições do setor financeiro.

COMPROMISSO COM AS REGULAMENTAÇÕES DO SETOR

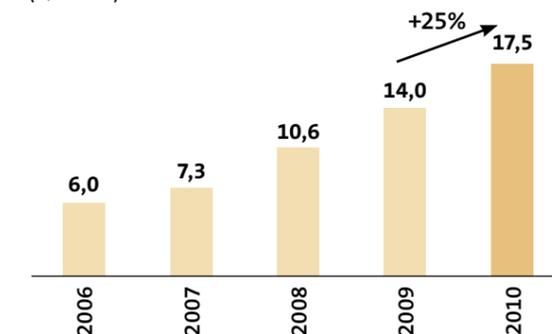
O Banco Volkswagen, como parte de um Grupo atuante em 21 países, adota práticas que atendem às necessidades da Matriz e órgãos reguladores de atividades financeiras na Alemanha. Exemplo disso é a publicação na Alemanha dos resultados consolidados conforme as normas de contabilidade internacionais IFRS – além da publicação dentro das normas locais – antecipando-se à tendência de aproximação do Brasil em relação às práticas internacionais de contabilidade.

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios listados pelas agências reguladoras nacionais – como o Banco Central do Brasil, o Fisco e o BNDES –, além da autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

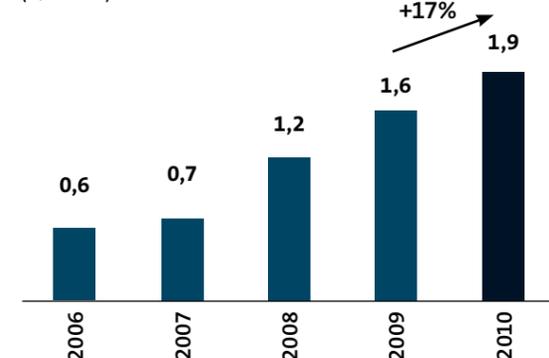
TOTAL DE ATIVOS (R\$ bilhões)



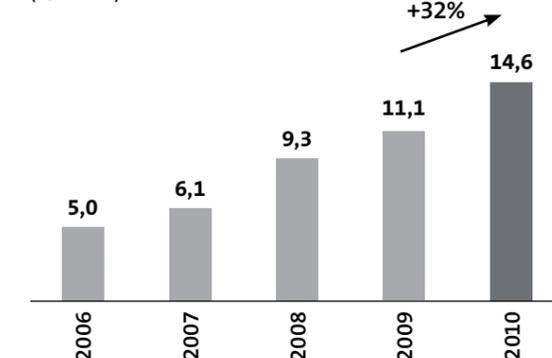
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R\$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	ATIVO	
	2010	2009
CIRCULANTE	8.841.333	6.601.125
Disponibilidades	20.890	19.450
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	389.092	181.121
Aplicações no mercado aberto	389.092	181.121
Operações de crédito (Nota 4)	7.799.076	5.955.400
Operações de crédito - setor privado	7.975.751	6.158.187
Provisão para operações de crédito - setor privado	(176.675)	(202.787)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 4)	(44.245)	(35.478)
Arrendamentos a receber - setor privado	362.259	422.230
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(353.052)	(410.646)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(53.452)	(47.062)
Outros créditos	551.036	411.045
Créditos tributários (Nota 15)	286.338	180.652
Diversos (Nota 5)	264.698	230.393
Outros valores e bens	125.484	69.587
Despesas antecipadas (Nota 6)	121.233	51.422
Outros valores e bens	4.251	18.165
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.504.792	6.064.515
Operações de crédito (Nota 4)	7.757.744	5.548.905
Operações de crédito - setor privado	8.119.115	5.861.201
Provisão para operações de crédito - setor privado	(361.371)	(312.296)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 4)	(74.591)	(101.138)
Arrendamentos a receber - setor privado	422.795	662.040
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(421.540)	(660.419)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(75.846)	(102.759)
Outros créditos	703.219	521.908
Créditos tributários (Nota 15)	538.949	459.481
Diversos (Nota 5)	164.270	62.427
Outros valores e bens	118.420	94.840
Despesas antecipadas (Nota 6)	118.420	94.840
PERMANENTE	3.358.931	3.982.524
Investimentos	152.300	140.945
Investimento em controlada (Nota 7)	152.034	140.679
Outros investimentos	266	266
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	4.960	24
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e)).	3.201.671	3.841.555
Bens arrendados	3.461.717	3.996.944
Depreciações acumuladas	(260.046)	(155.389)
TOTAL DO ATIVO	20.705.056	16.648.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2010	2009
CIRCULANTE	8.947.282	6.632.613
Depósitos (Nota 8)	5.243.145	3.883.278
Depósitos interfinanceiros	2.935.859	3.032.445
Depósitos a prazo	2.307.286	850.833
Obrigações por empréstimo no exterior (Nota 10)	55.584	...
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 9)	2.398.894	1.745.584
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	3.025	...
Outras obrigações	1.246.634	1.003.751
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	24.845	25.241
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	88.876	63.545
Credores por antecipação de valor residual (Nota 4)	593.847	389.010
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	25.045	...
Diversas (Nota 11)	514.021	525.955
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.696.850	8.289.369
Depósitos (Nota 8)	914.309	1.820.059
Depósitos interfinanceiros	486.004	1.621.016
Depósitos a prazo	428.305	199.043
Obrigações por empréstimo no exterior (Nota 10)	909.173	...
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 9)	4.461.894	3.253.910
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	34.334	...
Outras obrigações	3.377.140	3.215.400
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	1.115.736	729.777
Credores por antecipação de valor residual (Nota 4)	1.209.235	1.408.691
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	53.511	21.821
Dívidas subordinadas (Nota 13)	599.404	350.922
Diversas (Nota 11)	399.254	704.189
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	203.248	143.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	1.857.676	1.583.096
Capital social de domiciliados no país	907.883	907.883
Reserva de lucros	949.763	348.990
Ajustes de avaliação patrimonial	30	...
Lucros acumulados	...	326.223
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.705.056	16.648.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2º SEMESTRE		EXERCÍCIOS	
	2010	2010	2009	2009
Operações de crédito	1.061.381	1.964.720	1.501.189	
Operações de arrendamento mercantil	502.237	1.064.455	1.252.510	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.541	16.147	14.542	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	(21.376)	(37.573)	(358)	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.163.055)	(2.291.867)	(2.504.503)	
Operações de captação no mercado	(383.523)	(726.153)	(772.633)	
Operações de empréstimos e repasses	(177.720)	(323.340)	(278.961)	
Operações de arrendamento mercantil	(410.270)	(874.456)	(955.269)	
Operações de venda de ativos financeiros	(46.304)	(103.005)	(36.028)	
Provisão para devedores duvidosos (Nota 4)	(145.238)	(264.913)	(461.612)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	391.728	715.882	263.380	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(197.501)	(328.155)	(163.738)	
Rendas de tarifas bancárias (Nota 18 (f))	72.839	127.941	113.746	
Outras despesas administrativas (Nota 18 (c))	(112.160)	(195.586)	(153.529)	
Despesas tributárias	(7.460)	(13.371)	(11.347)	
Resultado de participação em controlada (Nota 7)	3.659	11.354	25.774	
Outras receitas operacionais (Nota 18 (d))	65.980	105.483	42.998	
Outras despesas operacionais (Nota 18 (e))	(220.359)	(363.976)	(181.380)	
RESULTADO OPERACIONAL	194.227	387.727	99.642	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4.926	12.067	(402)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	199.153	399.794	99.240	
Imposto de renda (Nota 15)	(48.417)	(102.158)	(24.486)	
Contribuição social (Nota 15)	5.991	(23.086)	(11.163)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS	156.727	274.550	63.591	
Lucro líquido por ação do capital social no fim do semestre / exercícios - R\$	0.60	1.06	0.25	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	RESERVA DE LUCROS						Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2008	549.683	18.515	37.774	229.110	-	326.223	1.161.305
Aumento de capital (Nota 14)	358.200	-	-	-	-	-	358.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.591	63.591
Destinações:							
Reserva legal	-	-	3.180	-	-	(3.180)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	60.411	-	(60.411)	-
Em 31 de dezembro de 2009	907.883	18.515	40.954	289.521	-	326.223	1.583.096
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	30	-	30
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	274.550	274.550
Destinações:							
Reserva legal	-	-	13.728	-	-	(13.728)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	260.822	-	(260.822)	-
Reserva especial de lucros para aumento de capital	-	-	-	326.223	-	(326.223)	-
Em 31 de dezembro de 2010	907.883	18.515	54.682	876.566	30	-	1.857.676
Em 30 de junho 2010	907.883	18.515	46.845	289.521	329	438.155	1.701.248
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(299)	-	(299)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	156.727	156.727
Destinação:							
Reserva legal	-	-	7.837	-	-	(7.837)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	260.822	-	(260.822)	-
Reserva especial de lucros para aumento de capital	-	-	-	326.223	-	(326.223)	-
Em 31 de dezembro de 2010	907.883	18.515	54.682	876.566	30	-	1.857.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2º SEMESTRE		EXERCÍCIOS
	2010	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre / exercícios	156.727	274.550	63.591
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações	517	626	7
Resultado de participação em controlada	(3.659)	(11.354)	(25.774)
Provisão para devedores duvidosos	145.238	264.913	461.612
Resultado de operações de dívidas subordinadas	30.229	48.482	21.228
Resultado de obrigações com empréstimos exterior	6.616	(5.428)	39
Provisão (reversão) para outros valores e bens	556	(845)	300
Ajuste passivos fiscais e previdenciárias e provisão para passivos contingentes	65.073	128.427	111.546
Tributos diferidos	113.481	136.064	(35.248)
Ajustes de avaliação patrimonial	(299)	30	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	514.479	835.465	597.301
Redução em instrumentos financeiros derivativos	237	...	47
(Aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(1.717.926)	(3.689.944)	(3.634.501)
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(160.407)	(214.779)	(250.036)
VARIAÇÃO ATIVOS	(1.878.096)	(3.904.723)	(3.884.490)
Aumento (redução) em depósitos	(108.194)	454.117	(76.917)
Aumento em obrigações por repasses - FINAME	890.083	1.861.294	1.627.013
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	22.215	37.359	...
Aumento (redução) em obrigações por empréstimo exterior	846.838	970.185	(3.387)
Aumento (redução) em outras obrigações	(112.865)	(298.885)	927.173
Aumento em resultado de exercícios futuros	37.586	60.162	91.802
VARIAÇÃO PASSIVOS	1.575.663	3.084.232	2.565.684
(=) CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	212.046	14.974	(721.505)
Variação imobilizado	(3.591)	(5.563)	...
(=) CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.591)	(5.563)	...
Aumento em obrigação de dívidas subordinadas	200.000	200.000	170.000
Aumento de capital	358.200
(=) CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	200.000	200.000	528.200
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	408.455	209.411	(193.305)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.527	200.571	393.876
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	409.982	409.982	200.571
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	408.455	209.411	(193.305)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM
OS PADRÕES INTERNACIONAIS - IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS – ATIVO

(em milhares de reais)

	NOTA EXPLICATIVA	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	EM 1º DE JANEIRO DE 2009
CIRCULANTE				
Disponibilidade	6	23.638	23.723	42.508
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de crédito	7	425.298	187.601	372.590
Títulos e valores mobiliários	8b	18.129	1.311	5.844
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	354
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	8.875.504	7.340.792	5.752.018
Outros ativos	10	389.614	276.024	216.564
Outros valores e bens		4.659	18.620	6.332
		9.736.842	7.848.071	6.396.210
NÃO CIRCULANTE				
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	8.163.504	6.320.489	4.636.430
Créditos tributários	15	799.266	596.073	426.107
Outros ativos	10	238.538	193.651	148.532
Outros valores e bens		7.704	7.699	7.850
Imobilizado	11	17.262	11.967	9.632
Intangível	12	8.582	5.585	6.604
		9.234.856	7.135.464	5.235.155
TOTAL DO ATIVO		18.971.698	14.983.535	11.631.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS – PASSIVO

(em milhares de reais)

	NOTA EXPLICATIVA	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	EM 1º DE JANEIRO DE 2009
CIRCULANTE				
Depósitos	13	5.098.296	3.702.420	3.623.166
Obrigações por empréstimos e repasses	13	2.454.478	1.756.594	1.219.806
Instrumentos financeiros derivativos	8a	3.025	-	307
Tributos a recolher		44.691	43.364	40.500
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	93.606	70.829	53.428
Outros passivos	16	591.746	595.053	326.352
Provisões para passivos contingentes	18	25.045	-	3.859
		8.310.887	6.168.260	5.267.418
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos	13	914.309	1.820.059	1.966.237
Obrigações por empréstimos e repasses	13	5.371.067	3.253.910	2.158.024
Instrumentos financeiros derivativos	8a	34.334	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	683.835	389.825	250.822
Outros passivos	16	464.870	730.680	57.514
Dívida subordinada	17	599.404	350.921	159.694
Provisões para passivos contingentes	18	592.243	481.733	377.836
		8.660.062	7.027.128	4.970.127
TOTAL DO PASSIVO		16.970.949	13.195.388	10.237.545
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19			
CAPITAL SOCIAL E RESERVAS ATRIBUÍDOS AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA				
Capital social de domiciliados no país		907.883	907.883	549.683
Reserva de lucros		1.082.002	545.430	484.386
Ajuste de avaliação patrimonial		30	-	-
Lucros Acumulados		-	326.223	326.223
		1.989.915	1.779.536	1.360.292
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		10.834	8.611	33.528
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.000.749	1.788.147	1.393.820
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.971.698	14.983.535	11.631.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2010	2009
Receitas de juros e rendimentos similares	20	2.053.146	1.684.440
Despesas de juros e encargos similares	20	(1.163.658)	(1.070.916)
RECEITA LÍQUIDA DE JUROS		889.488	613.524
Receita de comissões na venda de seguros		47.306	44.264
Receita de prestação de serviços		221.182	201.381
Resultado variação cambial		23.022	271
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(37.573)	(358)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(292.986)	(325.870)
Despesas gerais e administrativas	21	(245.690)	(204.053)
Outras receitas operacionais	22	49.981	24.506
Outras despesas operacionais	23	(348.211)	(225.570)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		306.519	128.095
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.150)	(88.871)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(90.797)	30.962
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		212.572	70.186
ATRIBUÍVEL A:			
Acionistas do Banco		210.349	61.044
Participação dos não controladores		2.223	9.142
LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DO BANCO (EXPRESSO EM REAIS POR AÇÃO)		0,81	0,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	212.572	70.186
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Hedge de fluxos de caixa	30	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	212.602	70.186
ATRIBUÍVEL A:		
- Acionistas do Banco	210.379	61.044
- Acionistas não controladores	2.223	9.142
	212.602	70.186

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 8.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

(Em milhares de reais)

	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		212.572	70.186
Ajustes para			
Resultado de obrigações por empréstimos no exterior		(5.428)	198
Juros pagos de captações		(261.658)	(299.312)
Juros recebidos de operações de crédito e arrendamento mercantil		1.988.263	1.624.096
Imposto de renda e contribuição social pagos		(81.047)	(45.299)
Resultado de operações de dívidas subordinadas		48.482	21.228
Perdas por Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros		292.468	325.996
(Ganho)/Perda na alienação de imobilizado / ativos intangíveis		(2.108)	(2.029)
Variação impostos diferidos passivos		293.990	139.003
Outros		2.556	(1.811)
Variação de crédito tributário		(203.193)	(169.966)
Ajuste passivos fiscais e previdenciárias e provisão para passivos contingentes	18	147.767	126.792
Variação do lucro por deságio de ações		-	289
Ajustes de avaliação patrimonial		30	-
Depreciação e amortização		7.275	5.325
Fluxos de caixa antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		2.439.969	1.794.696
Aumento líquido nos instrumentos financeiros derivativos		37.358	46
Redução/(aumento) nos títulos e valores mobiliários		(47.818)	16.444
Aumento líquido nas operações de crédito e arrendamento mercantil		(5.658.976)	(5.222.798)
Aumento líquido em outros ativos e outros valores e bens		(67.252)	(72.067)
Aumento/(redução) líquida nas captações		(969.939)	836.698
Aumento/(redução) líquida em depósitos a prazo		1.722.988	(604.267)
Aumento líquido em obrigações por empréstimos e repasses		2.831.576	1.621.466
Aumento líquido em tributos a recolher		1.327	2.865
Redução líquida em IR e CS a recolher		22.777	17.401
Redução líquida em provisão para passivos contingentes		(12.212)	(26.755)
Ajuste provisão de impostos diferidos passivos		20	-
Redução líquida nos outros passivos		(267.463)	943.911
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.407.614)	(2.487.056)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/ativos intangíveis		(20.663)	(10.535)
Recebimento na alienação de imobilizado/ativos intangíveis		7.205	5.924
Caixa líquida das atividades de investimento		(13.458)	(4.611)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		200.000	170.000
Aumento / (redução) em financiamento de capital de giro		(11.011)	11.011
Aumento de capital		-	358.200
Dividendos pagos		-	(34.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		188.989	505.152
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		207.886	(191.819)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		204.844	396.663
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	412.730	204.844
		207.886	(191.819)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

	ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA						
	Capital social	Ajustes de Reserva de lucros	Lucros avaliação Patrimonial	Participação (prejuízos) acumulados	Total dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	549.683	484.386	-	326.223	1.360.292	1.393.820	
Aumento de capital	358.200				358.200	358.200	
Lucro líquido do exercício				61.044	61.044	70.186	
Destinação do resultado		61.044		(61.044)	-	-	
Dividendos					-	(34.059)	
Em 31 de dezembro de 2009	907.883	545.430	-	326.223	1.779.536	1.788.147	
Efeito Hedge Accounting							
Resultado abrangente		30		30	30	30	
Lucro líquido do exercício	210.349		210.349		2.223	212.572	
Destinação do resultado		536.572		(536.572)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	907.883	1.082.002	30	-	1.989.915	2.000.749	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e suas controladas (conjuntamente “o Grupo”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda. e Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. As operações da instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas no Brasil, ligadas à Volkswagen, Man Latin América e Audi Brasil.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP e sua controladora final é a Volkswagen AG., localizada na cidade de Wolfsburg na Alemanha.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2011.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo International Accounting Standards Board e cobertas pelo IFRS 1, que trata da adoção do IFRS pela primeira vez. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e IFRS, incluindo a reconciliação do patrimônio líquido, estão descritas na Nota 26.

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

CONTROLADA

Controlada é a entidade na qual o Banco tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

ESCOPO DE CONSOLIDAÇÃO

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas abaixo:

(A) SOCIEDADE CONTROLADA

- Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda., empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99.99996%, sendo assim controle direto;

(B) SOCIEDADES EM QUE O BANCO EXERCE INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

- Volkswagen Serviços Ltda., empresa prestadora de serviços de assessoria técnica para o Banco, na qual o mesmo não tem participação direta, mas mantém influência significativa devido a possibilidade de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão gerar benefícios ao Grupo proveniente de suas atividades;

- Volkswagen Corretora de Seguros Ltda., empresa de corretagem de seguros, para qual o Banco não participa diretamente, porém mantém influência significativa devido a possibilidade de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar ao Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

- As empresas Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda., e Multimarcas Corretora de Seguros S/C Ltda., apesar de estarem inativas são consolidadas pelo fato do Banco possuir influência significativa de sua controladora (Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.).

2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

(A) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na “moeda R\$”, que é a moeda funcional do Banco e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(B) TRANSAÇÕES E SALDOS

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são re-mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

2.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(A) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação dessa forma são classificados nesta categoria a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado. Os valores justos são obtidos das cotações de mercado no caso de mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes e técnicas de avaliação incluindo modelos do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções como for apropriado. Todos os derivativos são contabilizados como ativo caso o valor justo seja positivo e como passivo caso o valor justo seja negativo.

(B) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que estes são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem, operações de crédito, repasses interfinanceiros, aplicações interfinanceiras e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(C) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (provisão para redução ao valor recuperável).

(D) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Instrumentos Financeiros Derivativos - são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge).

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu

valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida. São classificados como hedge de acordo com sua natureza:

Hedge de Risco de Mercado – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

Hedge de Fluxo de Caixa – A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

2.4.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DESRECONHECIMENTO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação – data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles forem extintos, ou seja, quando forem pagos, cancelados ou expirados.

Ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de “ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado” são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desreconhecido ou estar “impaired”. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários categorizados como disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e

interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.5 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial somente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 RECEITAS E DESPESAS DE JUROS

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos dentro de “receitas de juros e rendimentos similares” e “despesas de juros e encargos similares” na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamentos antecipados), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo, ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da “provisão para redução ao valor recuperável”.

2.7 RECEITA DE COMISSÕES NA VENDA DE SEGUROS

Receita de honorários e comissões é reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

2.8 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS

(A) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

O Banco avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros que estejam “impaired”. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está “impaired” e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um

impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possam ser confiavelmente estimados.

O critério que o Banco utiliza para determinar que há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo, índice patrimonial; porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Deterioração do valor da garantia.

A política operacional exige a revisão dos ativos financeiros individuais que estão acima do limite de materialidade no mínimo uma vez por ano, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas na data do balanço patrimonial. Esta avaliação inclui as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos antecipados nesta conta individual.

Provisões para redução ao valor recuperável coletivamente avaliadas são estabelecidas para: (i) carteiras de ativos homogêneos que individualmente estão abaixo dos limites de materialidade; e (ii) perdas que foram incorridas, mas ainda não identificadas, através do uso da experiência histórica e julgamento embasado na experiência de especialistas.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é calculado pela Administração para cada carteira identificada. Geralmente, os períodos utilizados são entre 1 e 12 meses. Nos casos excepcionais os períodos mais longos podem ser usados.

O Banco avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individualmente ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados, e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável é ou continua a ser reconhecida, não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzidora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. O Banco pode mensurar a provisão para redução ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos

custos para obter e vender a garantia caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva de provisão para redução ao valor recuperável ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros para os grupos de tais ativos por poder representar um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as suas condições contratuais.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de provisão para redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos no Banco e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pelo Banco para reduzir a diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado contra provisão para redução ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos de cobrança necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Caso, num período subsequente, o montante de por redução ao valor recuperável for diminuído e a diminuição puder estar relacionada objetivamente com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor), a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão é reconhecido em provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros na demonstração do resultado.

(B) ATIVOS CATEGORIZADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Banco avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam “impaired”. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão “impaired”. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por “provisão para redução ao valor recuperável” resultante desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado) é reclassificada do patrimônio líquido e reconhecida no resultado. As perdas por “provisão para redução ao valor recuperável” reconhecidas no resultado para um investimento de um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas por meio do resultado. Se, num período subsequente, o valor justo de um título de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda de “provisão para redução ao valor recuperável” no resultado, a reversão é efetuada no resultado.

(C) EMPRÉSTIMOS RENEGOCIADOS

Os empréstimos sujeitos a avaliação por provisão para redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos.

2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS**SOFTWARES**

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos para aquisição de softwares são reconhecidos como intangíveis quando o mesmo possa ser vendido ou utilizado. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados na preparação do software para uso.

Os valores reconhecidos como ativos intangíveis com vida útil finita (definida) são amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos.

2.10 ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

- Móveis, utensílios e equipamentos: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Sistema de processamento de dados: 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.11 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros exceto o ágio que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.12 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas ao custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, inclusive juros a receber e indexação contratual. As taxas originais de empréstimos e certos custos diretos da data original são diferidos e reconhecidos como ajustes da receita financeira durante a vida dos respectivos empréstimos. A receita de juros é registrada segundo regime de competência e adicionada ao montante de principal das operações de crédito e arrendamento mercantil em cada período.

Os arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Quando um arrendamento operacional é terminado antes de expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

2.13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.14 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

2.15 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente

ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade do Banco liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa que reflita as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL), à alíquota de 15%, para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

As despesas de IRPJ e CSL são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

As despesas com IRPJ e CSL corrente são calculadas como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários de IRPJ e CSL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSL e adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas principalmente sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(A) OBRIGAÇÕES DE PENSÃO

A Volkswagen Serviços Ltda. é uma das patrocinadoras de plano de previdência complementar administrado por entidade constituída para essa finalidade, a Volkswagen Previdência Privada. Como patrocinadora e solidária, a empresa é responsável por prover os recursos necessários à implementação

dos planos previdenciários da entidade. que é patrocinada também pelas empresas Volkswagen do Brasil Ltda. e MAN Latin América Ltda, esta de forma não solidária ambas não consolidadas nestas demonstrações financeiras. A empresa possui um plano de contribuição variável, isto é, constituído com a possibilidade de aposentadorias (dentro do regulamento vigente) através de benefício definido ou contribuição definida. O pagamento de um benefício definido se define por um valor para a aposentadoria a ser paga, normalmente em virtude de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço ou compensação. O pagamento de contribuição definida pura se entende por um plano de pensão segundo o qual a empresa paga contribuições fixas a uma entidade com a qual possui convênio de adesão (um fundo de previdência complementar) e não terá obrigações legais ou implícitas de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos funcionários relativos ao serviço dos períodos corrente e anteriores.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de ajustes pela curva de aprendizagem, mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(B) BENEFÍCIOS DE RESCISÃO

Os benefícios de rescisão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A empresa reconhece os benefícios de rescisão, quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. Segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de rescisão devido a uma oferta de demissão voluntária.

(C) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros, é reconhecida em “Salários e encargos sociais” quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras;

- A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/ participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras.

A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera sejam quitadas.

2.18 CAPTAÇÕES, DÍVIDA SUBORDINADA E OUTROS RECURSOS

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

RESERVAS PARA INCENTIVOS FISCAIS

Em Assembleia Geral através de proposta da Administração, é destinado para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

LUCRO POR AÇÃO

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

DIVIDENDOS A PAGAR

Dividendos sobre ações são reconhecidas no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Por deliberação dos acionistas, não foram propostos dividendos relativos aos exercícios de 2009 e 2010.

2.20 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

(A) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELO GRUPO:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, como a adoção antecipada necessita de autorização expressa do Banco Central do Brasil, estas normas e alterações das normas não foram adotadas por parte do Grupo.

- IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39, “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1o de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

- IAS 24 (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

(B) INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR:

Tópico	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Alteração no IAS 32, “Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações”	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou warrants para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19, “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital”	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2010.
Alteração no IFRS 1 – “Primeira Adoção de IFRS – Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez”	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações do IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2010.

Tópico	Principais exigências	Data de entrada em vigor
AS 24 – “Divulgações de Partes Relacionadas” (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 – “Limite de Ativo de Benefício Definido. Exigências Mínimas de Provisão de Recursos (funding) e sua interação”	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 “Instrumentos Financeiros	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre provisão para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

APRIMORAMENTO AO IFRS EM 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Tópico	Exigências-chaves	Data de entrada em vigor
IFRS 1, “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”	<p>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção. Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, “Relatório Financeiro Intermediário”, essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p> <p>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost) Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes das primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p> <p>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos) As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p>	<p>Aplicado prospectivamente.</p> <p>As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.</p> <p>Aplicado prospectivamente.</p>

Tópico	Exigências-chaves	Data de entrada em vigor
IFRS 7, “Instrumentos Financeiros”	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 1, “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 27, “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”	Esclarece que as conseqüentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21-“Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, IAS 28-“Investimento em Coligadas”, e IAS 31-“participações em Joint Ventures”, aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27 (R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(A) PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL EM ARRENDAMENTOS FINANCEIROS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Banco examina sua carteira de crédito com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês. Ao determinar se uma perda/provisão para redução ao valor recuperável deve ser registrada na demonstração do resultado, o Banco avalia a existência ou não de dados observáveis que indiquem uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de empréstimos antes que a diminuição possa ser identificada em uma operação isolada naquela carteira. Esta evidência pode incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa na situação dos pagamentos de devedores em um determinado sub-portfolio. O Banco usa estimativas baseadas na experiência

histórica de perda em ativos com características de risco de crédito similares aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros.

(B) VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado através de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamentos dos riscos financeiros, o Grupo conta com os comitês funcionais de Crédito e Cobrança, de Crédito Corporativo e de Tesouraria.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Organização permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo os diversos comitês funcionais e a Alta Administração quando necessário.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O Banco e suas controladas estão expostos ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Banco e suas controladas podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo Departamento de Riscos.

As operações do Grupo são cursadas basicamente no mercado brasileiro, em Reais.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima para risco de crédito, antes de considerar as garantias e após provisões para redução ao valor recuperável, apresentados pelo valor líquido quando adequado.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil. Para as garantias financeiras concedidas, a exposição máxima ao risco de crédito é o

montante máximo que o Grupo teria que pagar se as garantias fossem exigidas. Para as linhas de crédito, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante total das linhas comprometidas.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO	EM 31 DE DEZEMBRO	EM 31 DE DEZEMBRO	EM 1º DE JANEIRO
	DE 2010	DE 2009	DE 2009
	TOTAL	TOTAL	TOTAL
Disponibilidades	23.638	23.723	42.508
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	425.298	187.601	372.590
Títulos e Valores Mobiliários	18.129	1.311	5.844
Operações de crédito e Arrendamento Mercantil	17.039.008	13.661.281	10.388.448
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	354
Outros ativos	350.866	240.733	178.182
	17.856.939	14.114.649	10.987.926
Outras garantias prestadas	30.713	27.370	26.290
Linhas de crédito	942.007	1.345.829	592.453
TOTAL DA EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO	18.829.659	15.487.848	11.606.669

4.1.1 MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

(A) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ao mensurar o risco de crédito e operações de crédito, o Banco e suas controladas considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte; e (iii) o provável índice de perdas por inadimplência (obrigações não cumpridas) líquidas de recuperações.

(i) Para fins de avaliação de probabilidade de inadimplência, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito entre Retail e Corporate. No segmento Retail a probabilidade de inadimplência é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de taxas de inadimplência. Para o segmento Corporate o Banco avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes, por meio de ferramentas que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito. A escala de classificação, mostrada abaixo, reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada classificação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco e suas Controladas validam o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

CLASSIFICAÇÕES INTERNAS

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO GRAU DE RISCO
1	Capacidade de pagamento muito boa
2	Capacidade de pagamento muito boa a boa
3	Capacidade de pagamento boa
4	Capacidade de pagamento boa a satisfatória
5	Capacidade de pagamento satisfatória
6	Capacidade de pagamento satisfatória a suficiente
7	Capacidade de pagamento suficiente a insatisfatória
8	Capacidade de pagamento insatisfatória
9	Capacidade de pagamento insatisfatória a insuficiente
10	Inadimplência I
11	Inadimplência II
12	Inadimplência III

(ii) As exposições atuais com a contraparte baseiam-se nos saldos devidos ao Banco e suas controladas.

(iii) O provável índice de perdas por inadimplência, líquidas de recuperações, considera todo o valor inadimplente deduzido das garantias e acrescido das prováveis despesas decorrentes de todo o processo até a execução dessas garantias.

(B) OPERAÇÕES COM MERCADO FINANCEIRO

A política de risco de crédito para aplicações segue os parâmetros estabelecidos pela matriz Volkswagen Financial Services AG (VWFS AG), que estabelece que os recursos disponíveis em caixa somente podem ser investidos em bancos de primeira linha previamente aprovados e com limites individuais também pré definidos pela VWFS AG.

As disponibilidades, empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e os títulos e valores mobiliários estão mantidos junto a instituições financeiras com rating AA e A.

As captações possuem uma estratégia definida onde se busca a diversificação de fontes funding como forma de garantir a liquidez do Banco além da redução dos custos atribuídos as estas fontes.

Os instrumentos financeiros são utilizados pelo Banco de forma a otimizar o gerenciamento de seus ativos e passivos dentro dos limites estabelecidos pela matriz (Assets Liabilities Management – ALM).

4.1.2 CONTROLE DO LIMITE DE RISCO E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienações fiduciárias;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- CDB;
- Cartas de Fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Banco e suas controladas a determinar a evidência objetiva de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39, com base nos critérios descritos na nota 2.8 (a).

4.1.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTOS MERCANTIS FINANCEIROS

As operações de crédito e arrendamentos financeiros estão resumidas abaixo:

	R\$ Milhares		
	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	EM 1º DE JANEIRO DE 2009
Não vencidos nem sujeitos à provisão para redução ao valor recuperável	15.876.619	12.331.981	9.313.737
Vencidos mas não sujeitos a provisão para redução ao valor recuperável	987.401	1.120.593	1.063.004
Sujeitos à provisão para redução ao valor recuperável	703.250	706.457	359.573
VALOR BRUTO	17.567.270	14.159.031	10.736.314
Menos - provisão para redução ao valor recuperável	528.262	497.750	347.867
VALOR LÍQUIDO	17.039.008	13.661.281	10.388.447

(A) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS NÃO VENCIDAS E NEM SUJEITOS À PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

As operações de crédito e arrendamentos financeiros classificados como não vencidas e nem sujeitos a provisão para redução ao valor recuperável alcançaram R\$ 15.877 milhões em dezembro de 2010 (31/12/2009 - R\$ 12.332 milhões e 01/01/2009 - R\$ 9.314 milhões).

A qualidade das operações classificadas nessa categoria é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco e o Grupo, definido na nota 4.1.1(a)(i). Em 31 de dezembro de 2010, aproximadamente 94,21% (31/12/2009 – 95,32% e 01/01/2009 – 95,30%) estavam classificadas entre os níveis de rating 1 a 4 e aproximadamente 5,79% (31/12/2009 – 4,68% e 01/01/2009 – 4,54%) estavam classificadas entre os níveis de rating 5 a 6, evidenciando a adequação e consistência da política de avaliação de crédito do Banco.

(B) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS VENCIDAS, MAS NÃO SUJEITOS A PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Demonstramos abaixo a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de operações de crédito e arrendamentos financeiros que não estão marcados como impaired na análise coletiva e que não estão sujeitos a perda por redução no valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro abaixo quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso mas o valor contratual acrescido de juros.

As operações de crédito e arrendamentos financeiros para os clientes que não são individualmente significativos e que não tenham sido classificados como “impaired” estão sendo apresentados nesta categoria.

As operações de crédito e arrendamentos financeiros individualmente significativos podem estar sendo apresentados nesta categoria quando após realizada a análise individual não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e dessa forma o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

	Em 31 de dezembro de 2010		
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Vencidos de 01 a 30 dias	662.697	111.551	774.248
Vencidos de 31 a 60 dias	116.809	24.364	141.173
Vencidos de 61 a 90 dias	63.230	8.750	71.980
	842.736	144.665	987.401
	Em 31 de dezembro de 2009		
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Vencidos de 01 a 30 dias	644.842	185.672	830.514
Vencidos de 31 a 60 dias	152.032	50.257	202.289
Vencidos de 61 a 90 dias	66.094	21.696	87.790
	862.968	257.625	1.120.593
	Em 1º de janeiro de 2009		
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Vencidos de 01 a 30 dias	480.249	243.469	723.718
Vencidos de 31 a 60 dias	160.884	80.686	241.570
Vencidos de 61 a 90 dias	66.047	31.669	97.716
	707.180	355.824	1.063.004

(C) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS SUJEITOS A PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

A análise do valor bruto das operações de crédito e arrendamentos financeiros “impaired”, definidos por operações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram evidências objetivas de redução ao seu valor recuperável.

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		Em 1º de janeiro de 2009	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS
"Impaired" - Retail	334.121	81.327	332.029	121.439	182.044	47.283
"Impaired" - Corporate	208.224	79.578	175.503	77.486	118.293	11.953
	542.345	160.905	507.532	198.925	300.337	59.236

(D) DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR RAMO DE ATIVIDADE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Rural	28.646	29.808
Indústria	860.777	700.528
Comércio	4.322.013	3.381.194
Intermediário financeiro	1.797	1.085
Outros serviços	5.870.595	4.689.799
Pessoas físicas	6.477.338	5.353.361
Habitação	6.104	3.256
	17.567.270	14.159.031

(E) CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	%	31 DE DEZEMBRO DE 2009	%
Dez maiores devedores	562.516	3,2	584.514	4,1
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.246.910	7,1	1.075.148	7,6
Cem seguintes maiores devedores	1.135.483	6,5	995.415	7,0

(F) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS RENEGOCIADOS

O saldo das operações de crédito e arrendamentos financeiros renegociados é de R\$ 196.489 milhões (31/12/2009 – R\$ 234.794 milhões e 01/01/2009 – R\$ 108.655 milhões).

4.2 RISCO DE MERCADO

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). As carteiras de investimento para negociação incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Os instrumentos financeiros não designados para negociação correspondem, basicamente, às operações de financiamento realizadas pelo Banco e suas captações. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1 TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE MERCADO

(A) VALOR EM RISCO ("VALUE AT RISK")

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor 'máximo' que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (10 dias), além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP. Estes limites são diariamente monitorados pela Tesouraria.

(B) TESTES DE STRESS

Os Testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de estresse são realizados pela área de Risco.

4.2.2 RESUMO DE VAR EM 2010 E 2009

(A) CARTEIRA DE NÃO NEGOCIAÇÃO: METODOLOGIA - VALUE AT RISK (VAR)

	12 MESES FINDOS EM			12 MESES FINDOS EM		
	31 DE DEZEMBRO DE 2010			31 DE DEZEMBRO DE 2009		
	MÉDIO	ALTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	BAIXO
Risco de taxa de juros pré-fixadas e TJLP	11.367	18.673	5.393	14.096	25.080	6.155
VAR total	11.367	18.673	5.393	14.096	25.080	6.155

4.2.3 RISCO DE CÂMBIO

O Grupo está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Grupo controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. Como resultado dessa atividade, a exposição tem sido consideravelmente inferior a 5% do Patrimônio de Referência, o que implica em parcela de capital alocado para o risco de câmbio com valor igual a zero, conforme normativos do Banco Central do Brasil. A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moeda.

POLÍTICA DE RISCO CAMBIAL E HEDGE ACCOUNTING

A política de risco cambial e hedge accounting segue a política estabelecida pela matriz, que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo.

O Banco administra seu risco cambial decorrente de operações de empréstimos em moeda estrangeira através de instrumentos derivativos (swaps) com objetivo de eliminar o risco cambial de seus livros (hedge accounting).

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados, são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO DE MOEDA – INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTRADOS E NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

	EUROS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	
ATIVO	
Instrumentos financeiros derivativos	964.757
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	964.757
PASSIVO	
Empréstimo no exterior	964.757
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS	964.757
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	
Total de ativos - Derivativos	-
Total de passivos - Derivativos	37.359
POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA REGISTRADA NO BALANÇO PATRIMONIAL	37.359
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	
Total de ativos - Derivativos	-
Total de passivos - Derivativos	-
POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA REGISTRADA NO BALANÇO PATRIMONIAL	-
EM 1º DE JANEIRO DE 2009	
Total de ativos - Derivativos	354
Total de passivos - Derivativos	-
POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA REGISTRADA NO BALANÇO PATRIMONIAL	354

4.2.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco é exposto aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. A área de Tesouraria estabelece limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	1 - 3 MESES	3-12 MESES	1-5 ANOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010				
ATIVO				
Disponibilidades e empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	412.730	36.206	-	448.936
Títulos e valores mobiliários	5.957	12.172	-	18.129
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.723.442	5.152.062	8.163.504	17.039.008
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.142.129	5.200.440	8.163.504	17.506.073
PASSIVO				
Depósitos	1.792.190	3.306.106	914.309	6.012.605
Obrigações por empréstimos e repasses	609.777	1.844.701	5.371.067	7.825.545
Swap	913	2.112	34.334	37.359
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS	2.402.880	5.152.919	6.319.710	13.875.509
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009				
ATIVO				
Disponibilidades e empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	211.324	-	-	211.324
Títulos e valores mobiliários	1.311	-	-	1.311
Operações de crédito e arrendamento mercantil	2.761.426	4.579.366	6.320.489	13.661.281
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	2.974.061	4.579.366	6.320.489	13.873.916
PASSIVO				
Depósitos	1.122.460	2.579.960	1.820.059	5.522.479
Obrigações por empréstimos e repasses	434.186	1.322.408	3.253.910	5.010.504
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS	1.556.646	3.902.368	5.073.969	10.532.983
EM 1º DE JANEIRO DE 2009				
ATIVO				
Disponibilidades e empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	415.098	-	-	415.098
Títulos e valores mobiliários	-	5.844	-	5.844
Operações de crédito e arrendamento mercantil	1.990.679	3.761.339	4.636.430	10.388.448
Swap	354	-	-	354
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	2.406.131	3.767.183	4.636.430	10.809.744

	1 - 3 MESES	3-12 MESES	1-5 ANOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009				
PASSIVO				
Depósitos	836.850	2.786.316	1.966.237	5.589.403
Obrigações por empréstimos e repasses	314.102	905.704	2.158.024	3.377.830
Total de passivos financeiros	1.150.952	3.692.020	4.124.26	8.967.233

4.2.5 EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

FATORES DE RISCO	EM 31/12/2010		EM 31/12/2009		EM 01/01/2009	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Pré-fixado	11.625.404	7.101.770	7.009.458	5.899.021	3.774.179	4.279.681
Pós-fixado	2.571.634	4.211.050	1.731.939	1.737.935	1.783.587	1.871.318
TJLP	2.360.449	2.342.751	3.480.138	3.427.807	3.185.283	3.161.737
Euro	-	1.001.202	-	-	-	3.349
	16.557.487	14.656.773	12.221.535	11.064.763	8.743.049	9.316.085

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema adquirido junto a empresa especializada. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Banco e casos esses sejam extrapolados é realizado o report ao Comitê responsável. É elaborado diariamente relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos 90 dias e caixa efetivo versus limite estabelecido e disponibilizado a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

4.3.2 ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos à taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o Risco de Mercado e Liquidez.

4.3.3 FLUXOS DE CAIXA PARA NÃO DERIVATIVOS

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1-3 MESES	3-12 MESES	1-5 ANOS	TOTAL
Ativo (vencimentos contratuais)	4.212.834	5.627.860	12.254.429	22.095.122
Passivo (vencimentos contratuais)	2.432.231	5.453.298	8.457.499	16.343.028

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1-3 MESES	3-12 MESES	1-5 ANOS	TOTAL
Ativo (vencimentos contratuais)	3.030.079	4.996.020	9.891.163	17.917.261
Passivo (vencimentos contratuais)	1.577.972	4.158.199	7.033.515	12.769.685

EM 1º DE JANEIRO DE 2009	1-3 MESES	3-12 MESES	1-5 ANOS	TOTAL
Ativo (vencimentos contratuais)	2.451.451	4.109.940	7.255.718	13.817.109
Passivo (vencimentos contratuais)	1.166.720	3.934.061	5.717.034	10.817.814

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimo em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; arrendamentos financeiros; e operações de crédito. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4 VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

Conforme previsto no IFRS 7, para a precificação a valor justo dos seus ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza-se do nível 2 na hierarquia acima, isto é, por meio de preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes.

4.5 GESTÃO DE CAPITAL

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são diariamente monitorados pela Instituição, através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê Basileia, na forma implementada pelo BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco, conforme administrado por sua Tesouraria, está dividido em dois níveis:

(a) Patrimônio de Referência nível I: capital social, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação de lucros acumulados. O valor contábil do Ajuste ao valor de mercado – Instrumentos Financeiros Derivativos é reclassificado para o nível II; e

(b) Patrimônio de Referência nível II: dívida subordinada qualificada nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil, e Ajuste ao valor de mercado – Instrumento Financeiro Derivativo.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza, mais contingente das perdas potenciais.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Apresentamos a evolução do Patrimônio de Referência Exigido para o grupo:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
CAPITAL DE NÍVEL I			
Capital social	907.883	907.883	549.683
Reservas bancárias em geral	949.763	348.990	285.399
Reserva legal	-	-	-
Lucros acumulados	-	326.223	326.223
TOTAL DE CAPITAL QUALIFICADO PARA NÍVEL I	1.857.646	1.583.096	1.161.305
CAPITAL DE NÍVEL II			
Instrumentos de Dívidas Subordinadas	476.481	311.317	156.354
Ajuste de avaliação patrimonial	30	-	-
TOTAL DE CAPITAL QUALIFICADO PARA NÍVEL II	476.511	311.317	156.354
TOTAL DE CAPITAL REGULATÓRIO	2.334.157	1.894.413	1.317.659
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO			
Exposição Ponderada pelo Risco - EPR	17.665.745	14.236.399	10.098.767
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE	2.014.480	1.608.858	1.146.516
Parcela Exposição Ponderada por fator de Risco - PEPR	1.943.232	1.566.004	1.110.864
Parcela Risco Operacional - POPR	55.960	33.987	6.619
Risco da Carteira de não-negociação Risco Banking - RBAN	15.288	8.867	29.033
VALOR DA MARGEM	319.677	285.555	171.143
ÍNDICE DE BASILÉIA	12,85%	13,02%	12,97%

4.6 BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZOS

O balanço por prazo contratual de vencimento está abaixo apresentado:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010				
	ATÉ 90 DIAS	91-360 DIAS	ACIMA DE 360 DIAS	PRAZO INDETERMINADO	TOTAL
ATIVO					
Disponibilidades	23.638	-	-	-	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	389.092	36.206	-	-	425.298
Títulos e Valores Mobiliários	5.957	12.172	-	-	18.129
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.723.442	5.152.062	8.163.504	-	17.039.008
Créditos tributários	-	-	799.266	-	799.266
Outros Ativos	247.861	141.753	238.538	-	628.152
Outros valores e bens	4.659	-	7.704	-	12.363
Imobilizado	-	-	-	17.262	17.262
Intangível	-	-	-	8.582	8.582
TOTAL ATIVO	4.394.649	5.342.193	9.209.012	25.844	18.971.698
PASSIVO					
Depósitos	1.792.190	3.306.106	914.309	-	6.012.605
Obrigações por empréstimos e repasses	609.777	1.844.701	5.371.067	-	7.825.545
Instrumentos financeiros derivativos	913	2.112	34.334	-	37.359
Tributos a recolher	44.691	-	-	-	44.691
Imposto de renda e contribuição social a recolher	93.606	-	-	-	93.606
Outros passivos	287.661	304.085	464.870	-	1.056.616
Provisões para passivos contingentes	45	25.000	592.243	-	617.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	683.835	-	683.835
Dívida subordinada	-	-	599.404	-	599.404
Capital social de domiciliados no país	-	-	-	907.883	907.883
Reservas de lucros	-	-	-	1.082.002	1.082.002
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	30	30
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	10.834	10.834
TOTAL PASSIVO	2.828.883	5.482.004	8.660.062	2.000.749	18.971.698

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**ATIVOS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL**

	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	DISPONÍVEL PARA VENDA	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010					
Disponibilidades	23.638	-	-	-	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	425.298	-	-	-	425.298
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	18.129	18.129
Operações de crédito e Arrendamento Mercantil	-	-	17.039.008	-	17.039.008
	448.936	-	17.039.008	18.129	17.506.073
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009					
Disponibilidades	23.723	-	-	-	23.723
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	187.601	-	-	-	187.601
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	1.311	1.311
Operações de crédito e Arrendamento Mercantil	-	-	13.661.281	-	13.661.281
	211.324	-	13.661.281	1.311	13.873.916
EM 1º DE JANEIRO DE 2009					
Disponibilidades	42.508	-	-	-	42.508
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	372.590	-	-	-	372.590
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	5.844	5.844
Operações de crédito e Arrendamento Mercantil	-	-	10.388.448	-	10.388.448
Instrumentos financeiros derivativos	-	354	-	-	354
	415.098	354	10.388.448	5.844	10.809.744

PASSIVOS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
Captações com Bancos	-	3.421.863	3.421.863
Depósitos a prazo (1)	221.288	2.370.762	2.592.050
Obrigações por empréstimos e repasses	-	6.860.788	6.860.788
Empréstimo no exterior (1)	964.757	-	964.757
Instrumentos financeiros derivativos	37.359	-	37.359
Dívida subordinada	-	599.404	599.404
	1.223.404	13.252.817	14.476.221
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009			
Captações com Bancos	-	4.653.461	4.653.461
Depósitos a prazo	-	869.061	869.061
Obrigações por empréstimos e repasses	-	5.010.505	5.010.505
Dívida subordinada	-	350.921	350.921
	-	10.883.948	10.883.948

(1) Mensurado ao valor justo por se tratar de item objeto de hedge

	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
EM 1º DE JANEIRO DE 2009			
Captações com Bancos	-	4.116.075	4.116.075
Depósitos a prazo	-	1.473.328	1.473.328
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.374.481	3.374.481
Empréstimo no exterior	3.349	-	3.349
Instrumentos financeiros derivativos	307	-	307
Dívida subordinada	-	159.694	159.694
	3.656	9.123.578	9.127.234

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins de demonstração de fluxos de caixa as disponibilidades compreendem os seguintes saldos com o vencimento menos de três meses após de data de aquisição:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Caixa e equivalentes de caixa	23.638	23.723	42.508
Aplicações interfinanceiras	389.092	181.121	354.155
	412.730	204.844	396.663

7 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Aplicações no mercado aberto	36.206	6.480	18.435
Empréstimos e adiantamentos em Instituições de Crédito	389.092	181.121	354.155
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	425.298	187.601	372.590

Os empréstimos e adiantamentos em Instituições de Crédito são operações, com vencimento de até 30 dias, garantidos por títulos do governo brasileiro e são efetuados com instituições de 1ª linha.

Os títulos que compõem as aplicações no mercado aberto são vinculados a operações compromissadas com vencimentos de até 30 dias.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS**A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

O Grupo usa os seguintes instrumentos derivativos:

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, swaps de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos swaps de moeda. O risco de crédito do Banco representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

Os valores nominais de certos tipos de instrumentos financeiros fornecem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, embora não necessariamente indiquem os valores de fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo atual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição aos riscos de crédito ou preço. Os instrumentos derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) em decorrência de flutuações nas taxas de juros do mercado ou nas taxas de câmbio relativas aos termos de seus contratos.

Assim, os derivativos são utilizados para adequar a composição e volatilidade das posições cambiais e de taxas de juros do passivo financeiro externo do Banco, com vistas a tornar o produto de crédito “cesta de moedas”, representativo da composição da exposição cambial externa do Banco, mais atrativo aos tomadores de recursos.

Em virtude do perfil das operações passivas do Banco, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão, e registradas na CETIP. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido em tais operações, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo Banco, podendo haver, e, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por Swap de taxa de juros classificados como hedge de fluxo de caixa e com vencimento até fevereiro/2011 para operação DI pós-fixado versus pré-fixado, e pelo Swap de variação cambial classificado como hedge de valor justo e com vencimento em agosto 2013, para operação Euro versus DI pós- fixado.

TIPO	EXERCÍCIO				
	VALOR CONTRATUAL	2010 RECEITAS (DESPESAS)	2009 RECEITAS (DESPESAS)	2010 (PASSIVO)	2010 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	202.000	(1.128)	-	(914)	(214)
Swap de variação cambial - hedge de valor justo	970.153	(36.445)	-	(36.445)	-
Swap não designado como hedge	-	-	(358)	-	-
	1.172.153	(37.573)	(358)	(37.359)	(214)

COMPONENTES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2010	2009
Hedge de fluxos de caixa		
Ajuste a valor de mercado do Swap	(214)	-
Ajuste a valor de mercado do objeto hedge	264	-
Efeito líquido do hedge de fluxo de caixa	50	-
Imposto de renda relacionado aos componentes do resultado abrangente	(20)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTO DE RENDA	30	-

HEDGE CONTÁBIL

O objetivo do relacionamento de hedge do Banco é proteger os fluxos de caixa de pagamento das captações em depósitos a prazo e o valor justo dos empréstimos no exterior, referentes aos seus riscos de moeda estrangeira, de taxa de juros variável e taxa de juros pré-fixada, respectivamente. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados seriam altamente efetivos na compensação da variação dos fluxos de caixas. As operações de hedge mantidas pelo Banco em 31 de dezembro estão classificadas como:

(I) HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (CDI), em 31 de dezembro de 2010 o Banco possui contratos de swap a vencer em fevereiro de 2011.

(II) HEDGE DE VALOR JUSTO

Para proteger o fluxo de caixa futuro do empréstimo no exterior contra exposição à variação cambial (Euro), em 31 de dezembro de 2010 o Banco negociou contrato de swap a vencer em março de 2012.

Em 31 de dezembro de 2010 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

B) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Representados por aplicações em certificados de depósito bancário, com rendimento indexado pelo CDI, e vencimento até 2013, porém com liquidez imediata.

O valor a mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Operações de crédito	16.148.852	12.066.951	8.395.849
Arrendamentos a receber	1.418.418	2.092.080	2.340.466
Menos: “provisão para redução ao valor recuperável”	(528.262)	(497.750)	(347.867)
LÍQUIDO	17.039.008	13.661.281	10.388.448

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2010	2009
SALDO EM 1º DE JANEIRO	497.750	347.867
Constituição/Reversão	292.986	325.870
Utilização	(262.474)	(175.987)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO	528.262	497.750

10 OUTROS ATIVOS

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Devedores por depósitos em garantia	192.159	93.456	72.725
Devedores diversos país – principalmente valores em trânsito	158.907	147.277	105.457
Despesas antecipadas	133.856	102.261	79.818
Impostos a recuperar	115.616	72.045	60.573
Outros	27.614	54.636	46.523
	628.152	469.675	365.096

11 ATIVO IMOBILIZADO

	INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS			
	VEÍCULOS	DE USO	OUTROS	TOTAL
EM 1º DE JANEIRO DE 2009				
Custo	6.639	5.763	5.363	17.765
Depreciação acumulada	(475)	(4.339)	(3.319)	(8.133)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	6.164	1.424	2.044	9.632
Aquisições	7.843	71	1.297	9.211
Alienações	(4.884)	(241)	-	(5.125)
Baixa de depreciação	1.031	200	-	1.231
Depreciação do período	(1.804)	(307)	(871)	(2.982)
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.186	(277)	426	2.335
Custo	9.598	5.593	6.659	21.850
Depreciação acumulada	(1.248)	(4.446)	(4.189)	(9.883)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	8.350	1.147	2.470	11.967
Aquisições	9.239	1.286	4.146	14.671
Alienações	(6.728)	(113)	(106)	(6.947)
Baixa de depreciação	1.853	111	45	2.009
Depreciação do período	(2.481)	(352)	(1.605)	(4.438)

	INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS			
	VEÍCULOS	DE USO	OUTROS	TOTAL
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.883	932	2.480	5.295
Custo	12.110	6.766	10.699	29.575
Depreciação acumulada	(1.876)	(4.688)	(5.749)	(12.313)
VALOR CONTÁBIL, LÍQUIDO	10.234	2.078	4.950	17.262

12 ATIVOS INTANGÍVEIS

	DIREITOS DE USO DE SOFTWARES
EM 1º DE JANEIRO DE 2009	
Custo	16.180
Amortização e “provisão para redução ao valor recuperável” acumulados	(9.576)
SALDO CONTÁBIL LÍQUIDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	6.604
Aquisições	1.324
Baixas	(78)
Baixa de amortização	78
Amortização	(2.343)
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	(1.019)
Custo	17.426
Amortização e “provisão para redução ao valor recuperável” acumulados	(11.841)
SALDO CONTÁBIL LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	5.585
Aquisições	5.992
Baixas	(1.088)
Baixa de amortização	930
Amortização	(2.837)
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.997
Custo	22.330
Amortização e “provisão para redução ao valor recuperável” acumulados	(13.748)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	8.582

13 CAPTAÇÕES**DEPÓSITOS**

A carteira de depósitos está custodiada na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, e é composta como segue:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Depósitos interfinanceiros	3.421.863	4.653.462	4.116.075
Depósitos a prazo	2.590.742	869.017	1.473.328
	6.012.605	5.522.479	5.589.403

OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, basicamente indexados a TJLP.

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Até 90 dias	609.777	434.186	296.176
De 91 a 365 dias	1.789.118	1.311.398	862.426
De 1 a 3 anos	3.230.446	2.356.659	1.681.309
Acima de 3 anos	1.231.447	908.261	534.570
	6.860.788	5.010.504	3.374.481

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO NO EXTERIOR

A Instituição realizou operações de captação por meio de empréstimos de valor equivalente a EUR 428.000 (em 2008 EUR 1.000), com o grupo Volkswagen no exterior, sendo que o montante registrado em 31 de dezembro 2010 é de R\$ 964.757 (em 2008 é de R\$ 3.349), apresentada abaixo:

DATA INICIO	VALOR EUR	INDEXADOR	VENCIMENTO	VALOR R\$
mar/10	50.000	2,61%	mar/12	113.251
ago/10	100.000	3,08%	ago/13	234.569
set/10	168.000	2,30%	set/12	373.059
set/10	25.000	2,17%	set/11	55.584
out/10	35.000	2,42%	out/12	77.649
dez/10	50.000	2,58%	nov/12	110.645
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010	428.000			964.757
nov/08	1.000	7,28%	fev/09	3.349
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	1.000			3.349

14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social corrente	306.518	129.958
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(123.352)	(49.857)
Adições e exclusões permanentes	26.476	(9.858)
Incentivo fiscal	1.973	304
Outras	956	1.502
TOTAL IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	(93.947)	(57.909)

15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de compensação são os seguintes:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Provisão para redução ao valor recuperável	213.145	181.937	120.689
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	218.189	139.878	114.154
Prejuízo fiscal / Base negativa CSL	182.130	138.420	66.690
Créditos baixados como prejuízo	129.953	81.244	54.337
Outras	55.849	54.594	70.237
TOTAL CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	799.266	596.073	426.107
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (POSIÇÃO PASSIVA)			
Superveniência de Depreciação	673.614	352.376	166.027
Comissões diferidas	10.221	37.449	84.795
TOTAL IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	683.835	389.825	250.822

Movimentação e composição de imposto de renda e contribuição social diferidos nos períodos apresentados é a seguinte:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31 DE DEZEMBRO DE 2009	CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO	REALIZAÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2010
Provisão para redução ao valor recuperável	181.937	138.811	(107.603)	213.145
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	139.878	94.493	(16.182)	218.189
Prejuízo fiscal / Base negativa CSL	138.420	82.490	(38.780)	182.130
Créditos baixados como prejuízo	81.244	113.217	(64.508)	129.953
Outras	54.594	27.965	(26.710)	55.849
TOTAL	596.073	456.976	(253.783)	799.266
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (POSIÇÃO PASSIVA)				
Superveniência de Depreciação	352.376	321.238	-	673.614
Comissões diferidas	37.449	-	(27.228)	10.221
TOTAL	389.825	321.238	(27.228)	683.835

	1º DE JANEIRO DE 2009	CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO	REALIZAÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2009
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS				
Provisão para redução ao valor recuperável	120.689	184.797	(123.549)	181.937
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	114.154	37.236	(11.512)	139.878
Prejuízo fiscal / Base negativa CSL	66.690	71.730	-	138.420
Créditos baixados como prejuízo	54.337	63.872	(36.965)	81.244
Outras	70.237	9.772	(25.415)	54.594
TOTAL	426.107	367.407	(197.441)	596.073
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (POSIÇÃO PASSIVA)				
Superveniência de Depreciação	166.027	186.349	-	352.376
Comissões diferidas	84.795	-	(47.346)	37.449
TOTAL	250.822	186.349	(47.346)	389.825

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social.

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito, provisões para contingências e prejuízos fiscais, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização, conforme discriminamos abaixo:

PERÍODO DE REALIZAÇÕES	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Imposto de renda e contribuição social	273.868	186.264	77.422	79.122	182.590	799.266

16 OUTROS PASSIVOS

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Obrigações por operações transferência de ativos financeiros (i)	683.371	1.074.495	152.383
Contratos de financiamento a pagar	127.657	70.858	92.513
Saldo não reclamados grupos consórcio liquidados	57.590	43.577	34.244
Provisão para obrigações contratuais	44.084	7.063	7.055
Recebimentos em trânsito a processar	37.331	45.191	28.803
Salários, gratificações e encargos a pagar	26.187	19.917	17.935
Outras contas a pagar	80.396	64.632	50.933
TOTAL DE OUTROS PASSIVOS	1.056.616	1.325.733	383.866

(i) Em 2009, o Banco efetuou cessão de crédito, oriundos de suas operações de crédito, com coobrigação, desta forma o ativo cedido foi registrado em rubrica específica de operações de crédito (por se tratar de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios).

17 DÍVIDA SUBORDINADA

	VENCIMENTO	31 DE TAXA DE JUROS - %	31 DE DEZEMBRO DE 2010	1º DE DEZEMBRO DE 2009	JANEIRO DE 2009
CDB Subordinado	Janeiro/2014	120 % taxa CDI	65.500	18.702	16.700
CDB Subordinado	Setembro/2013	120 % taxa CDI	20.909	58.585	52.313
CDB Subordinado	Março/2014	125 % taxa CDI	114.607	102.034	90.681
CDB Subordinado	Abril/2015	119 % taxa CDI	191.674	171.600	-
Letra Financeira Subordinada	Setembro/2016	119 % taxa CDI	103.473	-	-
Letra Financeira Subordinada	Outubro/2016	119 % taxa CDI	103.241	-	-
TOTAL DA DÍVIDA SUBORDINADA			599.404	350.921	159.694

Foram emitidas notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

18 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco é parte envolvida em processos, tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

	TRABALHISTAS		CÍVEIS		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Saldo Inicial em 1º Janeiro	14.756	16.149	35.641	38.991	431.336	326.555
Constituição /Reversão	25.071	2.170	51.872	19.691	44.907	84.223
Baixa por pagamento	(871)	(3.563)	(11.390)	(23.192)	49	-
Correção monetária	26	-	134	151	25.757	20.558
EM 31 DE DEZEMBRO	38.982	14.756	76.257	35.641	502.049	431.336

A natureza das obrigações tributárias e passivos contingentes pode ser sumariada como segue:

Obrigações tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão na base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de outras receitas além daquelas alcançadas pelo conceito de faturamento e quanto à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL pago pelas instituições financeiras de 9% para 15%

Obrigações trabalhistas - tratam-se de reclamações trabalhistas que envolvem pedidos como vínculo empregatício, equiparação salarial, horas extras, salário utilidade e adicional de transferência, provisionados considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas às reclamações de clientes, Órgãos e Entidades diversas de Defesa do Consumidor buscando rever cláusulas contratuais sob a alegação de abusividade, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

A administração da instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para passivos contingentes conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face às perdas decorrentes do desfecho destes processos.

PASSIVOS CONTINGENTES, CLASSIFICADOS COMO PERDAS POSSÍVEIS NÃO PROVISIONADOS

A Instituição tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Tributárias			
IRPJ (i)	55.144	53.975	61.483
CPMF (ii)	39.714	38.125	36.311
INSS (iii)	18.332	-	-
	113.190	92.100	97.794
Cíveis			
Ação revisional	22.633	19.749	17.705
	22.633	19.749	17.705

(i) Cobrança de IRPJ dos períodos base de 1991 e 1992, cuja discussão decorre dos efeitos da Lei nº 8.200/91.

(ii) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.

(iii) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações pagas em razão da intermediação de contratos de financiamento.

De acordo com a característica desses casos não há previsão para desembolso de caixa.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito do Banco em 2009 e 2010 está representado por 259.511.875 (em 2008 por 198.447.327) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de junho de 2009, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 40.200, com a emissão de 6.885.872 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 23 de junho de 2009 e totalmente integralizado e na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de julho de 2009, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 318.000, com a emissão de 54.208.676 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de julho de 2009 e totalmente integralizado.

20 RECEITA E DESPESAS DE JUROS

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
RECEITA DE JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	2.017.245	1.645.331
Aplicações interfinanceiras	16.147	12.700
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.373	3.655
Outros	17.381	22.754
	2.053.146	1.684.440
RECEITA DE JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
Captação no mercado	(479.884)	(559.999)
Empréstimos e repasses	(350.059)	(280.210)
Depósitos a prazo	(178.766)	(170.705)
Operações de venda de ativos financeiros	(103.005)	(36.027)
Dívida Subordinada	(48.482)	(21.228)
Outros	(3.462)	(2.747)
	(1.163.658)	(1.070.916)

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
Salários e encargos sociais	(73.670)	(68.065)
Despesas com serviços técnicos especializados	(51.028)	(45.515)
Despesas com registro de contratos	(24.477)	(14.481)
Participação dos empregados no lucro e bonificações	(14.045)	(11.063)
Despesas com propaganda e publicidade	(12.950)	(8.526)
Despesas com telecomunicações	(12.837)	(12.987)
Benefícios	(10.815)	(10.533)
Depreciação e amortização	(7.275)	(5.326)
Despesas com viagem	(5.194)	(3.900)
Despesas com promoções e relações públicas	(4.827)	(3.489)
Treinamento	(2.400)	(1.399)
Outras despesas administrativas	(26.172)	(18.769)
	(245.690)	(204.053)

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
Recuperação de encargos e despesas	28.459	20.390
Atualização de impostos a compensar	14.501	1.266
Outras	7.021	2.850
	49.981	24.506

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
Despesas com provisões operacionais (i)	(129.937)	(75.166)
Despesas tributárias	(52.253)	(45.783)
Despesas com busca e apreensão	(30.360)	(26.092)
Despesa com comissões	(23.606)	(7.938)
Descontos concedidos	(21.850)	(16.917)
Variação monetária passiva de impostos	(21.819)	(19.053)
Despesas com Honorários advocatícios e custas judiciais e administrativas	(9.296)	(7.758)
Prêmios e bonificações com vendas	(6.112)	(6.287)
Outras	(52.978)	(20.576)
	(348.211)	(225.570)

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões de passivos contingentes e obrigações tributárias.

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	EXERCÍCIOS			
	2010	2009	2010	2009
	ATIVO (PASSIVO)		RECEITAS (DESPESAS)	
VOLKSWAGEN SERVIÇOS LTDA.				
Despesas de prestação de serviços	-	-	(113.428)	(100.306)
Depósitos a prazo	(18.985)	(4.960)	(984)	(1.603)
CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.				
Depósitos a prazo	(124.556)	(175.856)	(14.759)	(16.490)
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.				
Depósitos a prazo	(783.238)	(188.097)	(62.661)	(17.486)
Dívidas subordinadas	(180.107)	(160.620)	(19.487)	(17.626)
Outras Obrigações	(25.000)	-	-	-
MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.				
Depósitos a prazo	-	-	-	(47.140)
VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES NV - AMSTERDAN				
Obrigações por empréstimo no exterior	(964.757)	-	-	(5.428)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

REMUNERAÇÃO GLOBAL DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As pessoas chave da Administração são aquelas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Banco. Todas as pessoas da Administração Executiva e do Conselho de Diretores apresentam o pessoal-chave nos seus negócios com o Banco.

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Salários e encargos	7.161	6.435	5.515
Participação nos lucros	1.953	1.967	1.440
Planos de aposentadoria e pensão	300	259	218
	9.414	8.661	7.173

25 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA**BENEFÍCIOS DE PLANO DE PENSÃO**

	31 DEZEMBRO DE 2010	31 DEZEMBRO DE 2009
DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		
Benefícios de planos de pensão	(165)	719
	(165)	719

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 DE DEZEMBRO DE 2010	31 DE DEZEMBRO DE 2009	1º DE JANEIRO DE 2009
Valor presente das obrigações financiadas	(39.890)	(33.559)	(28.470)
Valor justo dos ativos do plano	42.544	36.595	29.890
Valor presente das obrigações não financiadas	2.654	3.036	1.420

26 ADOÇÃO DO IFRS PELA PRIMEIRA VEZ**26.1 BASE DA TRANSIÇÃO PARA OS IFRSS****26.1.1 APLICAÇÃO DO IFRS 1 ("FIRST-TIME ADOPTION OF INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS")**

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com o IFRS. O Banco aplicou o IFRS 1

na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição do Banco em 1o de janeiro de 2009. O Banco preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 1, o Banco aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do IFRS.

26.1.2 ISENÇÕES DA APLICAÇÃO RETROSPECTIVA COMPLETA - ESCOLHIDAS PELO BANCO

O Banco optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

CUSTO ATRIBUÍDO DO ATIVO IMOBILIZADO

O Banco optou por utilizar os valores registrados de acordo com as práticas contábeis anteriores, e não utilizou a isenção de custo presumido na data de transição.

26.1.3 EXCEÇÕES DA APLICAÇÃO RETROSPECTIVA SEGUIDAS PELO BANCO

O Banco aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

(A) ESTIMATIVAS

As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(B) OUTRAS EXCEÇÕES OBRIGATÓRIAS

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Baixa de ativos e passivos financeiros.
- Contabilização de hedge accounting.
- Participação de não controladores.

26.2 CONCILIAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E APLICÁVEIS ÀS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E OS IFRSS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(A) CONSOLIDAÇÃO

Como princípio geral, todas as empresas que são plenamente consolidadas, são aquelas nas quais o Banco tem a possibilidade, direta ou indiretamente, de determinar as políticas financeiras e de negócios as quais irão gerar benefícios ao Grupo proveniente das atividades destas companhias (subsidiária e sociedades em que o Banco não possui participação societária, mas que exerce influência significativa). A inclusão na base de consolidação começa no momento em que a

possibilidade de controle existe e termina quando a possibilidade de controle cessa de existir. Cinco empresas nacionais foram integralmente consolidadas na data das demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota 2.2.

(B) PROVISÃO PARA PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, o qual considera determinados parâmetros regulamentares.

De acordo com os IFRSs, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia nos conceitos de “perda incorrida”, que requer a identificação de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

(C) RECEITAS E DESPESAS DE ORIGINAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Até 1º de janeiro de 2009, o Banco adotava como prática contábil em BR GAAP o reconhecimento imediato no resultado de receitas e despesas de origem de operações de crédito.

De acordo com os IFRSs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito, que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação usando o método da taxa efetiva de juros. Essas despesas são reconhecidas no resultado durante o período de vigência da operação.

(D) TRIBUTOS DIFERIDOS

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos desses tributos nos ajustes para a transição aos IFRSs.

(E) LUCROS ACUMULADOS

Exceto pelos itens de reclassificação e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, cujos ajustes foram registrados na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para o IFRS nas seguintes datas:

- escopo de consolidação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a cada uma das entidades consolidadas (Nota 26.2.1)
- balanço patrimonial na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 26.2.2)
- balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 (Nota 26.2.3)
- lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 26.2.4)

**26.2.1 ESCOPO DE CONSOLIDAÇÃO DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL
APLICÁVEIS A CADA UMA DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS**

	BANCO VOLKSWAGEN	CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN	VOLKSWAGEN SERVIÇOS	VOLKSWAGEN CORRETORA	ASSIVALO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS	MULTIMARCAS CORRETORA	CONSOLIDADO	ELIMINAÇÕES	RECLASSIFICAÇÕES(i)	BRGAAP
EM 31 DEZEMBRO DE 2010										
Total Ativo	20.705.056	291.706	129.936	19.543	1.758	20	21.148.019	(298.089)	(2.020.259)	18.829.671
Total Passivo	(18.847.380)	(139.673)	(127.516)	(13.612)	(63)	-	(19.128.244)	144.850	2.022.666	(16.960.728)
Patrimônio Líquido	(1.857.676)	(152.033)	(2.420)	(5.931)	(1.695)	(20)	(2.019.775)	153.240	(2.407)	(1.868.942)
DRE	274.550	11.354	(2.090)	4.455	73	-	288.342	(11.406)	-	276.936
EM 31 DEZEMBRO DE 2009										
Total Ativo	16.648.164	265.820	91.851	12.249	1.654	81	17.019.819	(324.555)	(1.950.162)	14.745.102
Total Passivo	(15.065.068)	(125.141)	(87.341)	(10.773)	(33)	(62)	(15.288.418)	180.858	1.949.620	(13.157.940)
Patrimônio Líquido	(1.583.096)	(140.679)	(4.510)	(1.476)	(1.621)	(19)	(1.731.401)	143.697	542	(1.587.162)
DRE	63.591	25.774	5.654	2.743	84	6	97.852	(25.837)	-	72.015
EM 1º JANEIRO DE 2009										
Total Ativo	12.491.808	227.507	114.840	6.079	1.541	77	12.841.852	(306.846)	(1.191.249)	11.343.757
Total Passivo	(11.330.503)	(112.602)	(81.925)	(7.346)	(4)	(63)	(11.532.443)	190.851	1.188.842	(10.152.750)
Patrimônio Líquido	(1.161.305)	(114.905)	(32.915)	1.267	(1.537)	(14)	(1.309.409)	115.995	2.407	(1.191.007)

(i) Referem-se substancialmente as reclassificações das operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro

26.2.2 RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2009

	CONSOLIDADO BRGAAP	DIFERIMENTO DE COMISSÕES	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS	IR/CS DIFERIDOS SOBRE AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
CIRCULANTE						
Disponibilidades	42.508	-	-	-	-	42.508
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	372.590	-	-	-	-	372.590
Títulos e Valores Mobiliários	5.844	-	-	-	-	5.844
Instrumentos financeiros derivativos	354	-	-	-	-	354
Operações de crédito e arrendamento mercantil	5.654.215	83.071	14.732	-	-	5.752.018
Outros ativos	201.066	15.498	-	-	-	216.564
Outros Valores e Bens	6.332	-	-	-	-	6.332
	6.282.909	98.569	14.732	-	-	6.396.210

	CONSOLIDADO BRGAAP	DIFERIMENTO DE COMISSÕES	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS	IR/CS DIFERIDOS SOBRE AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
NÃO CIRCULANTE						
Operações de crédito e arrendamento mercantil	4.513.515	106.235	16.680	-	-	4.636.430
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	438.128	-	-	-	(12.021)	426.107
Outros ativos	85.119	61.993	-	1.420	-	148.532
Outros Valores e Bens	7.850	-	-	-	-	7.850
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	9.632	-	-	-	-	9.632
Ativos Intangíveis	6.604	-	-	-	-	6.604
	5.060.848	168.228	16.680	1.420	(12.021)	5.235.155
TOTAL DO ATIVO	11.343.757	266.797	31.412	1.420	(12.021)	11.631.365
CIRCULANTE						
Depósitos	(3.623.166)	-	-	-	-	(3.623.166)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.219.806)	-	-	-	-	(1.219.806)
Instrumentos financeiros derivativos	(307)	-	-	-	-	(307)
Tributos a Recolher	(40.500)	-	-	-	-	(40.500)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(53.428)	-	-	-	-	(53.428)
Outros passivos	(326.352)	-	-	-	-	(326.352)
Provisões para passivos contingentes	(3.859)	-	-	-	-	(3.859)
	(5.267.418)	-	-	-	-	(5.267.418)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.191.007)	(266.797)	(31.412)	(1.420)	96.816	(1.393.820)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	(11.343.757)	(266.797)	(31.412)	(1.420)	12.021	(11.631.365)

26.2.3 RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	CONSOLIDADO BRGAAP	DIFERIMENTO DE COMISSÕES	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS	IR/CS DIFERIDOS SOBRE AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
CIRCULANTE						
Disponibilidades	23.723	-	-	-	-	23.723
Empréstimos e adiantamentos a Instituições de Crédito	187.601	-	-	-	-	187.601
Títulos e Valores Mobiliários	1.311	-	-	-	-	1.311
Operações de crédito e arrendamento mercantil	7.226.979	36.185	77.628	-	-	7.340.792
Outros ativos	266.408	9.616	-	-	-	276.024
Outros Valores e Bens	18.620	-	-	-	-	18.620
	7.724.642	45.801	77.628	-	-	7.848.071
NÃO CIRCULANTE						
Operações de crédito e arrendamento mercantil	6.181.066	49.897	89.526	-	-	6.320.489
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	661.095	-	-	-	(65.022)	596.073
Outros ativos	153.048	38.464	-	2.139	-	193.651
Outros Valores e Bens	7.699	-	-	-	-	7.699
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	11.967	-	-	-	-	11.967
Ativos Intangíveis	5.585	-	-	-	-	5.585
	7.020.460	88.361	89.526	2.139	(65.022)	7.135.464
TOTAL DO ATIVO	14.745.102	134.162	167.154	2.139	(65.022)	14.983.535
CIRCULANTE						
Depósitos	(3.702.420)	-	-	-	-	(3.702.420)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.756.594)	-	-	-	-	(1.756.594)
Tributos a Recolher	(43.364)	-	-	-	-	(43.364)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(70.829)	-	-	-	-	(70.829)
Outros passivos	(595.053)	-	-	-	-	(595.053)
	(6.168.260)	-	-	-	-	(6.168.260)
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos	(1.820.059)	-	-	-	-	(1.820.059)
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.253.910)	-	-	-	-	(3.253.910)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(352.377)	-	-	-	(37.448)	(389.825)
Outros passivos	(730.680)	-	-	-	-	(730.680)
Dívida subordinada	(350.921)	-	-	-	-	(350.921)
Provisões para passivos contingentes	(481.733)	-	-	-	-	(481.733)
	(6.989.680)	-	-	-	(37.448)	(7.027.128)

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.587.162)	(134.162)	(167.154)	(2.139)	102.470	(1.788.147)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	(14.745.102)	(134.162)	(167.154)	(2.139)	65.022	(14.983.535)

26.2.4 RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	CONSOLIDADO BRGAAP	DIFERIMENTO DE COMISSÕES	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS	IR/CS DIFERIDOS SOBRE AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Receitas de juros e rendimentos similares	1.816.356	(132.635)	-	719	-	1.684.440
Despesas de juros e encargos similares	(1.070.916)	-	-	-	-	(1.070.916)
RECEITA LÍQUIDA DE JUROS	745.440	(132.635)	-	719	-	613.524
Receita de comissões na venda de seguros	44.264	-	-	-	-	44.264
Receita de prestação de serviços	201.381	-	-	-	-	201.381
Resultado de variação cambial	271	-	-	-	-	271
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(358)	-	-	-	-	(358)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(461.612)	-	135.742	-	-	(325.870)
Despesas gerais administrativas	(204.053)	-	-	-	-	(204.053)
Outras Receitas Operacionais	24.506	-	-	-	-	24.506
Outras despesas operacionais	(225.570)	-	-	-	-	(225.570)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	124.269	(132.635)	135.742	719	-	128.095
Imposto de renda e contribuição social corrente	(88.871)	-	-	-	-	(88.871)
Imposto de renda e contribuição social diferido	36.617	-	-	-	(5.655)	30.962
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA	72.015	(132.635)	135.742	719	(5.655)	70.186
ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas do Banco	62.873	(132.635)	135.742	719	(5.655)	61.044
Participação dos não-controladores	9.142	-	-	-	-	9.142
Lucro por ação atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por ação)	0,24	-	-	-	-	0,24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas

Banco Volkswagen S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board (IASB)”.

São Paulo, 24 de março de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Rua Volkswagen, 291
CEP 04344-010
São Paulo – SP
Tel.: (+55 11) 5582-5122
www.bancovw.com.br

Diretor Presidente
Décio Carbonari de Almeida

Managing Director
Rafael Teixeira

Diretor
Eduardo A. Barros

Gerente Executivo de Operações de Campo
Paulo Pinho

**Gerente Executiva de Marketing
e Desenvolvimento de Negócios**
Renata Giannini

Gerente Executivo de Crédito
Thierry Roland Soret

Gerente Executivo de Finanças e Administração
Rodrigo Otávio Rocha Capuruço

Coordenação Banco Volkswagen
Marcelo Allendes
Carlo Bovolenta Gianese

Auditores Independentes
PricewaterhouseCoopers

CRÉDITOS

Realização
tv1 conteúdo

Imagens
Acervo de imagens do Banco Volkswagen
Ricardo Corrêa

Impressão
Margraf

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS
BRASIL